

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E  
QUATRO -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E OITO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnosos número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim Gomes Branco, David Filipe dos Santos Pinto e Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Alexandra Maria do Carmo Abreu Salgado e Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Teresa Margarida Lucas Claro Antunes Ferreira. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Helder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Alexandra Salgado. -----

----- Carlos Roque do Rosário Rêgo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Carla Tamagnini. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vanessa de Sousa. -----

----- Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Teresa Ferreira. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião**. Deu a palavra ao Freguês inscrito no -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguês Gustavo Gouveia** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia, de quem recebo a palavra, digníssimos Vogais, Senhor Presidente da Junta, os Membros do Executivo, o resto do público, obrigado por me ouvirem.* -----

----- *Eu tenho três assuntos para tratar e vou já passar ao primeiro. Vocês conhecem quase todos a célula 4 do Bairro de Alvalade, tem as ruas da célula 4, bem como a Rua Carlos Lobo de Ávila. Tem uma estrutura arquitetónica extraordinária, que não se encontra quase em outro lugar do país. São os postes de madeira portando cabos de comunicações audiovisuais. São peças incríveis.* -----

*M. J. Lopes*

*J*

----- Eu contei 82 postes de madeira nestas ruas e pergunto-me por que razão os cabos não estão soterrados e os postos não são removidos. Sei que não é um assunto da Junta de Freguesia ou mesmo da Câmara. Sei que é um assunto das operadoras, mas julgo que a Junta e a Câmara podiam instar as operadoras a fazer uma alteração que prejudica a estética da rua, a funcionalidade da transmissão das comunicações audiovisuais, entre muitas outras. -----

----- Até chega a ser caricático que numa das zonas mais caras do bairro e da cidade estas peças de arquitetura moderna estejam disseminadas. O assunto vai ser peticionado, mas eu gostava, obviamente, antes de levar à Assembleia Municipal, de conhecer a opinião do Presidente da Junta e dos Membros do Executivo. -----

----- Assunto dois, não são 82, são decerto muito mais, os postes de iluminação, os candeeiros da Freguesia que não estão a funcionar. Falámos disso numa outra petição na Assembleia Municipal, quando dissemos que a falta de iluminação era uma das razões pelas quais mais existia insegurança e foi por causa da insegurança que aí nos dirigimos. Pedimos a intervenção do Executivo, não foi ainda nada feito. Votou-se na Assembleia Municipal a videovigilância, não foi nada feito, mas no mínimo podiam garantir que as ruas de Alvalade estavam iluminadas, porque isso é importante para sentirmos seguros e para utilizar. -----

----- Estou agora a lembrar-me, nomeadamente no Campo Grande, numa das zonas mais isoladas e que tinha deixado de ser isolada, porque na última década houve um esforço dos poderes públicos, da Câmara, de toda a gente, para que aquele território pudesse passar a ser usado a qualquer hora e não pode ser usado a qualquer hora, obviamente, se não tem iluminação. Não tem iluminação a partir de 7, 8 da noite. Por esta altura do ano até costuma ter luz, mas com o tempo de agora, se calhar já estamos lá às escuras. -----

----- E tenho um terceiro assunto que se calhar é o mais melindroso e, portanto, queria mesmo ter um parecer por parte dos Membros do Executivo. Na Rua Branca Gonta Colaço há um imbróglie. Naquela zona do Bairro das Caixas estão construídas várias edificações que, como se sabe, foram construídas há muitos anos, são ilegais, já foram alvo de intervenção, foram corretamente alvo de intervenção, porque não faz sentido termos edificações construídas no meio do bairro entre as casas, em zonas de passagem, e nós sabemos que não constam no PDM, não constam no regulamento municipal, mas elas existem lá e o PDM devia ser uma transposição, ou antes, a realidade é que devia ser uma transposição do PDM, porque não faz sentido numa cidade como Lisboa termos construções que não estão regulamentadas e verificadas pelos poderes públicos e, pelo contrário, ali são quase 50 as construções ilegais e que, numa situação em particular, têm prejudicado muito a vida dos outros. -----

----- Ora, as pessoas têm o direito de saber se a construção vai prevalecer, se deve haver intervenção, se deve haver intervenção no sentido de haver demolição como já existiu antes. Mais uma vez sei que não é competência da Junta de Fregues, é competência da Câmara, mas a Junta pode instar a Câmara, nem que seja para ter no espaço público a reflexão daquilo que está regulamentado, porque se não está regulamentado, pois não pode ser intervenção por parte dos moradores. Esta construção em particular tem dado muitos problemas, porque em torno da construção foi construído um caminho, também foi construído ad-hoc, sem intervenção da Câmara Municipal, de nenhuma autarquia, e tem induzido a polícia, a EMEL, no erro de julgar que aquilo é um acesso a uma propriedade privada quando não há propriedade privada, essa propriedade privada não está regulamentada. -----

----- Portanto, pedia encarecidamente, sou morador da rua, julgo que quase de certeza que já foram alertados sobre este assunto, porque todos os vizinhos têm dirigido à

*Original*  
*[Handwritten signature]*

*Junta de Freguesia, mas aproveito o espaço da Assembleia e agradeço a oportunidade que me dão, por forma a ter um parecer definitivo por parte da Junta. -----*

*----- Muito obrigado” -----*

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que pedia autorização para ser o Vogal Tomás Gonçalves a responder, uma vez que acompanhava essas matérias do espaço público, muito embora, como foi ali dito, não fossem competências diretamente da Junta de Freguesia, mas a Junta de Freguesia tinha feito algumas démarches junto da Câmara e algumas não eram novas, que tinham mais de dez anos, por exemplo as construções ilegais. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves -----

---- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que tinham conhecimento do conflito que estava a existir de um morador em Alvalade, que supostamente adquiriu uma construção ilegal para a colocação do veículo automóvel e por essa razão estava a levar a várias situações que de momento esse conflito de moradores em Alvalade era um caso de polícia. Não iria pronunciar-se, porque estava nas mãos das autoridades e do Ministério Público.-----

---- Quanto ao acesso à construção ilegal, tanto a EMEL como o Município de Lisboa sabiam que aquilo não era um acesso de automóveis, era um caminho pedonal. Nesse sentido não haveria intervenção do Município na colocação de qualquer sinal a proibir os moradores de estacionar naquele local ou à entrada daquele local, que daria acesso a uma potencial garagem e que não era uma garagem, era uma construção ilegal. Eram construções ilegais que existiam nessa zona há muitos anos, os prédios eram da Segurança Social, espaço público, nem havia direitos adquiridos a usucapião porque era espaço público. -----

---- A Câmara Municipal já deveria ter dado ordem para demolição, tanto desse como dos outros. A Junta de Freguesia estava a acompanhar a situação, tinham falado com as várias partes. Era um caso de polícia esse conflito entre os cidadãos, pediram a ambas as partes e já falaram várias vezes, no seu caso e os serviços da Junta também com as pessoas envolvidas, pedindo algum bom senso, mas o bom senso não estava fácil de chegar. -----

---- Era um tema que não existia naquela rua, os vizinhos davam-se todos bem e continuam a dar, havia um estacionamento que funcionava nessa mesma rua e agora, em virtude dessa situação de alguém ter comprado, ou seja, nem podia ser usado assim porque ninguém podia comprar uma coisa que não era legal, não tinha um título. Houve uma transmissão de uma coisa ilegal para outra pessoa e que estava a gerar um conflito que não era desejável, que estavam a acompanhar e que já instaram tanto a Polícia Municipal como a Câmara Municipal, que dessem ordem de demolição daquele equipamento para evitar mais conflitos. -----

---- Era uma zona que não havia qualquer conflito e que passou a haver nos últimos dois meses. Estavam a acompanhar e partilhavam da preocupação e da preocupação das pessoas que lá viviam, tinham acompanhado bastante essa situação. -----

---- Quanto à iluminação pública, não ia dizer que todos os candeeiros estavam ligados ao mesmo tempo, sabiam disso, havia uns que iam fundir, outros que era na infraestruturas e aproveitava para dar alguma informação. Quando estavam mais de dois ou três candeeiros apagados na mesma zona ou seguidos não era um problema do Município de Lisboa, era um problema da rede e da E-redes. Tinham reportado essas situações e a Câmara ia resolvendo, a Câmara ou a E-redes. -----

----- Sabiam que isso acontecia, havia um dia em que a iluminação apagava, na semana seguinte a Câmara normalmente era rápida a resolver esse problema, só se houvesse um problema da rede poderia demorar mais algum tempo. -----

----- Quanto ao tema dos postes de madeira e dos fios, havia um projeto do Município para ir mitigando junto com as operadoras de telecomunicações e ir resolvendo essa situação. Concordava que não ficava bem no espaço público e iriam acompanhar o tema, reforçar e aproveitar a intervenção do freguês para dizer à Câmara que os moradores gostavam de ver essa situação resolvida o quanto antes, para que a Câmara pudesse nesse caso falar com os operadores e para que pudessem resolver a situação. ---

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que faltava falar da videovigilância, era um assunto que várias vezes abordara com a Câmara e também tinha a informação que a Assembleia Municipal já aprovou no mandato anterior, só que as informações da Câmara, antes o Senhor Vereador Ângelo Pereira responsável por essa matéria e agora o Senhor Vereador Anacoreta Correia, era que o processo aprovado na Assembleia Municipal não seguiu os procedimentos adequados nem necessários do ponto de vista legal. A Câmara tinha um projeto que primeiro teria de passar pela Polícia de Segurança Pública e pelo Ministério da Administração Interna, o que era obrigatório. Só eles teriam competência para aprovar esse tipo de procedimentos. -----

----- De qualquer maneira, disse-lhes que havia uma deliberação da Assembleia Municipal que foi aprovada e devia ser respeitada, saber o que a Câmara estaria a fazer nesse sentido. Eles disseram que tinham toda a informação junto da polícia, mas que elegiam outros bairros, outras zonas da Cidade de Lisboa, como zonas de maior prioridade em questões de segurança. Alvalade não era considerado para a polícia uma zona da cidade que suscitasse grandes preocupações em termos de segurança. -----

----- Sabiam que era assim, mas gostariam que isso não fosse uma desculpa para não avançar com a obra. Pelos vistos, diziam que iam avançar, não tinham ainda uma data concreta para estabelecer. Era um assunto em que havia toda a razão, já foi aprovado em vários fóruns e nunca mais andava, mas isso era com outros. -----

----- Não havendo mais inscrições ou pedidos de palavra, passou ao -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira para uma interpelação à Mesa -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, disse que receberam três moções nesse dia e não houve tempo pelo menos para serem lidas em concordância. Eram temas prementes com os quais se identificavam com a importância, no entanto, recordando situações já ali passadas, houve situações em que as mesmas não foram aceites, pelo que pedia que fosse tido em consideração situações havidas no passado e que houvesse a mesma postura. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que já tiveram várias situações dessas, o Regimento permitia até 24 horas antes e realmente elas foram entregues pela CDU às seis horas e qualquer coisa, o que significava que cumpriu o período regimental das moções/recomendações.-----

----- Acontecia que a essa hora já não estava ninguém nos serviços da Junta de Freguesia e por isso não foram distribuídas, sendo distribuídas na manhã seguinte. Foi isso que aconteceu, mas obviamente a Assembleia era soberana. A posição da Mesa era de aceitar, como aceitou, as moções e pô-las à discussão. -----

---- Por lhe ter sido pedido, deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira para mais uma interpelação à Mesa-----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que não questionava as mesmas terem sido enviadas no dia 26 à Junta de Freguesia, mas estranhava porque elas iam datadas do dia 27 de junho. Tinha tomado a liberdade de verificar antes de ir ali falar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pensava ser a data da prevista aprovação em Assembleia. Normalmente punha-se a data em que seriam aprovadas, não a data de envio. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

“-----*Preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *A liberdade individual e a igualdade de oportunidades são essenciais para o desenvolvimento sustentado e inclusivo dos cidadãos e da sociedade. Para que essa liberdade e igualdade sejam efetivas e reais é essencial capacitar as pessoas para o exercício da sua autonomia, atribuindo-lhes os instrumentos necessários para identificar as opções entre as quais podem escolher e para comparar os seus custos, benefícios e riscos, que muitas vezes não são imediatos e se estendem no tempo. Esta é a base para tomadas de decisão promotoras do seu bem-estar.* -----

----- *Este racional aplica-se igualmente no contexto financeiro, sendo fundamental que as pessoas tenham literacia financeira, isto é, que tenham conhecimento e compreensão de conceitos e riscos financeiros, assim como as competências, motivação e confiança para aplicar esse mesmo conhecimento na tomada de decisões eficazes em contextos financeiros para melhorar o bem-estar financeiro individual.* -----

----- *Nas últimas décadas, têm sido várias as tendências que sublinham a importância da literacia financeira:* -----

----- *O mundo financeiro tornou-se mais complexo, com uma oferta crescente de produtos financeiros diferenciados, incluindo pela via digital, que introduzem novos desafios, oportunidades e fatores de risco.* -----

----- *As decisões financeiras são mais frequentemente tomadas de forma individual sem intermediação de instituições financeiras, colocando as pessoas no centro dessas decisões e concentrando os riscos relativos à poupança e investimento nas mesmas.* ---

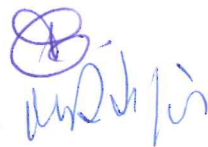
----- *A evolução demográfica e o envelhecimento da população exercem maior pressão nos sistemas de segurança social, que pode ser mitigada por uma aposta em sistemas de poupanças pessoais, mas que exige mais conhecimento e responsabilidade individual.* -----

----- *Os choques – de natureza financeira ou de outras – têm colocado pressão nos orçamentos familiares e públicos, sendo essencial que as respostas de ordem financeira sejam informadas, uma vez que têm um impacto duradouro, quer nas famílias quer na sociedade.* -----

----- *A crescente importância da literacia financeira não tem sido acompanhada por uma adequada capacitação da população. Diversas fontes mostram que a população dos países desenvolvidos tem, em média, baixos níveis de literacia financeira.* -----

----- *Em Portugal, a situação é particularmente gravosa, e o problema não é de agora: em 2014, num inquérito realizado pela Standard & Poor's, Portugal surgiu como o segundo país com piores níveis de literacia financeira entre os países desenvolvidos, apenas à frente da Roménia. Apenas 26% dos portugueses conseguiram responder acertadamente a questões relacionadas com conceitos financeiros básicos [1].* -----

----- *Mais recentemente, em 2023, nove anos depois, Portugal continuava a aparecer como um dos países da União Europeia (UE) com menores níveis de literacia*





*financeira. De facto, é o país da UE onde uma menor percentagem da população apresenta níveis elevados de literacia financeira (11%, versus 18% na média da UE); 71% tem um nível médio e 19% um nível baixo [2]. -----*

*----- Em Portugal, a educação financeira foi integrada no currículo escolar a partir de 2018/2019 como tema obrigatório em pelo menos dois dos três ciclos do ensino básico no âmbito da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, tendo como base o Referencial desenvolvido pelo Plano Nacional de Formação Financeira. O domínio tem o nome de “Literacia financeira e educação para o consumo”. No entanto, há margem para tornar a educação para a literacia financeira mais presente e consequente no ensino português. -----*

*----- Em 2018, foi avaliada a literacia financeira dos alunos de 15 anos no Programme for International Student Assessment (PISA) [3]. Os resultados revelam que Portugal está abaixo da média na percentagem de alunos que afirmam receber formação sobre este tema na escola. Tendo em conta a correlação positiva entre a exposição ao tema na escola e o nível de literacia financeira dos alunos, há margem para aumentar a literacia financeira se se garantir uma maior e mais prolongada exposição a temas de literacia financeira na escola. -----*

*----- A literacia financeira é uma área transversal e com implicações ao longo de toda a vida dos jovens. Tal é particularmente relevante no ensino secundário por ser nesta fase que os alunos estão mais perto de tomar decisões de natureza financeira. Além disso, aspetos elementares da literacia financeira devem ser incluídos no currículo formal do ensino básico para que todos os alunos estejam expostos aos mesmos, independentemente das escolhas vocacionais que façam no ensino secundário. -----*

*----- Estudos internacionais indicam que um maior nível de literacia financeira está associado a maiores níveis de poupança, maior probabilidade de planeamento e poupança para a reforma, maior diversificação de carteira de ativos, maior consciência no pedido de empréstimos e melhor alocação de recursos financeiros ao longo da vida. Assim, o investimento na literacia financeira nas escolas portuguesas será uma aposta ganha com impactos duradouros e a diversos níveis, que se consubstanciam na capacitação e maior bem-estar das pessoas e no crescimento e desenvolvimento económico do país. -----*

*----- Hoje sabemos, com base em vários inquéritos desenvolvidos ao longo dos últimos anos, que a literacia financeira tende a ser menor em grupos da população mais desfavorecidos, com menores rendimentos, com menor escolaridade e entre as mulheres. Assim, a promoção da literacia financeira, em especial durante a escolaridade obrigatória, é igualmente uma aposta ganha em termos de equidade, inclusão e mobilidade social. -----*

*----- Face ao exposto, no intuito de garantir a preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar, a Iniciativa Liberal propõe ao Executivo: -----*

*----- A promoção de atividades extracurriculares – em colaboração com entidades especializadas – que visem elevar o nível de conhecimento e de literacia financeira nas crianças e jovens que frequentam as escolas públicas na freguesia cuja competência seja da Junta de Freguesia de Alvalade. -----*

*----- [1] S&P Global FinLit Survey | Global Financial Literacy Excellence Center (GFLEC) -----*

*----- [2] Monitoring the level of financial literacy\_FL525\_report\_en.pdf -----*

*----- [3] PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money? | en | OECD -----*

*----- Manuel Matos dos Santos ----- ”*

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que não iriam acompanhar essa moção, pois consideravam que foi apresentada como um pouco desnecessária, tentando retirar responsabilidades de quem já as tinha que desenvolver, as escolas nesse caso concreto. -

----- Isso não queria dizer, de forma alguma, que não acompanhavam a necessidade de desenvolvimento da literacia financeira junto dos cidadãos portugueses. Era sem dúvida uma ferramenta importante para a formação dos cidadãos. Contudo, como decorria até da própria moção apresentada e passava a citar: “Em Portugal a educação financeira foi integrada no currículo escolar a partir de 2018-2019 como tema obrigatório em pelo menos dois dos três ciclos de ensino básico no âmbito da Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, tendo como base o referencial desenvolvido pelo Plano Nacional de Formação Financeira. O domínio tem o nome de Literacia Financeira e Educação para o Consumo.” -----

----- Nesse aspeto, da mesma forma que para a literacia jurídica, entendiam que a literacia financeira dependia de um desenvolvimento conceptual que não se verificava nas idades das crianças que frequentavam os AECs geralmente geridos pela Juntas. Quando existiam, eram geralmente escolas do ensino básico, como também foi referido.

----- Adicionalmente consideravam que as AEC constituíam um sério retrocesso no que dizia respeito aos objetivos colocados pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Era um significativo passo no sentido da privatização de importantes parcelas curriculares e promovia a desarticulação do sistema educativo, com conseqüente degradação da qualidade pedagógica. -----

----- Era importante também referir que, pretendendo, os professores titulares estavam habilitados para trabalhar esse tema, daí fazer parte do currículo. -----


----- Compreendiam e poderiam apoiar um programa que visasse contribuir para a maior disponibilidade dos professores em abordar essa temática, não esquecendo nunca o contexto local onde lecionavam, nomeadamente ao nível das prioridades que identificavam, por exemplo no caso onde as dificuldades de alfabetização eram muito elevadas. Aí talvez não fosse tão óbvio enveredar-se por essa temática e teriam que concentrar os esforços em resolver os problemas de fundo que existiam. -----

----- Também achavam, num aparte em relação à moção, que algumas das referências dos considerandos efetuados, nomeadamente às pensões e outras, indicavam um claro enviesamento para o entendimento da literacia financeira, com base na acumulação de capital, o que se afastava de outros posicionamentos disponíveis acerca do desenvolvimento económico com vista ao progresso social que defendiam. Existiam vários. -----

----- Por último e na proximidade estavam esse mês da celebração do Dia da Criança e do Dia Internacional do Brincar, também parecia abusivo continuarem a tentar empurrar matéria para os períodos extracurriculares. Esses tinham que ser abordados na parte curricular. Podiam ser abordados a nível de brincadeiras de outra forma, mas consideravam que nesse caso em particular deviam deixar as crianças serem crianças. Portanto, iriam votar contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se compreendia a razão do Tribunal Constitucional por mais que uma vez ter referido que o Partido Comunista Português era o que tinha mais literacia financeira no País. -----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Preponderância devida à literacia financeira em contexto escolar”**, apresentada pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega) e 2 votos contra (CDU) -----

  
----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira -----

---- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“-----*Mais aeroporto é menos Alvalade*-----

---- *A CDU sempre se bateu pela construção do novo aeroporto de Lisboa e pelo encerramento do actual. A decisão do governo de construir o novo aeroporto nos terrenos do Campo de Tiro de Alcochete, seguindo a localização mais favorável apresentada pela Comissão Técnica Independente, é a mais correcta e deve ser executada o mais brevemente possível.*-----

---- *Infelizmente, além do despacho que decide a construção do novo aeroporto, o governo tomou outra decisão, noutro despacho e no mesmo dia: expandir o aeroporto Humberto Delgado. Esta expansão tem o objectivo declarado de aumentar o número de movimentos e passageiros em cerca de 20%.*-----

---- *Alvalade já sofre muito com este aeroporto. Uma expansão desta natureza, se fosse por diante, iria agravar ainda mais as consequências nefastas que o aeroporto nos traz. Significaria mais ruído, e já somos tão afectados pelo barulho do aeroporto dia e noite que custa imaginar ter ainda menos tempo sem ouvir aviões. Significaria também mais poluição atmosférica, e todos notamos cada vez mais o cheiro do combustível dos aviões na rua. Além do que nos chega pelos sentidos, sabemos que o ruído e as micro-partículas dos combustíveis causam danos à saúde. Traria também mais pressão nas vias de acesso ao aeroporto com mais trânsito, mais problemas nos transportes e mais pressão no estacionamento.*-----

---- *Por isso a população de Alvalade tem direito a perguntar:*-----

---- *É razoável sermos novamente sacrificados com esta expansão e vermos a nossa qualidade de vida piorar?*-----

---- *É correcto ir-se gastar verbas avultadas em obras temporárias, em vez de canalizar esse dinheiro para a construção do novo aeroporto?*-----

---- *Não é preferível não expandir o aeroporto, acelerar a construção da primeira pista e terminal no novo aeroporto e gerir nesse período os constrangimentos do aeroporto usando outras medidas alternativas?*-----

---- *Não corremos o risco do provisório se tornar definitivo e ficarmos numa situação ainda pior por muito tempo?*-----

---- *Este é um problema suficientemente importante para que esta Assembleia e a Junta não o possam ignorar. Não chega dizer que Alvalade é um bom lugar para viver, temos de fazer com que seja mesmo.*-----

---- *Temos de fazer pressão em todos os lugares para que esta expansão não ocorra e, em vez dela, seja acelerada a construção do novo aeroporto. É essa a opção que resolve o problema dos constrangimentos actuais e permite libertar-nos de vez de termos um aeroporto à nossa porta.*-----

---- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 27 de Junho de 2024 delibera:*-----

---- *1. Expressar a sua oposição à expansão do Aeroporto Humberto Delgado;*-----

---- *2. Instar o Governo e as autoridades competentes a pararem o projecto de expansão do aeroporto e a darem a máxima prioridade e celeridade à construção do novo aeroporto de Lisboa;*-----

---- *3. Recomendar à Junta de Freguesia que se manifeste activamente por estes objetivos junto da Câmara Municipal e às autoridades competentes.*-----

----- Mais delibera, dar conhecimento desta Moção ao Governo e grupos parlamentares, à Câmara Municipal de Lisboa e forças políticas da vereação, à Assembleia Municipal de Lisboa e grupos municipais. -----

----- Lisboa, 27 de Junho de 2024 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Sérgio Morais e Frederico Lira -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se a Vinci estivesse ali era capaz de apoiar. -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que gostava de dar os parabéns ao PCP por levar num prazo de menos de doze horas três moções que revelavam que reconheciam na oposição ao PCP inteligência, capacidade de análise e de decisão. -----

----- Ainda há bem pouco tempo o Executivo levou uma proposta para ser decidida e teve que ser adiada, fez-se outra reunião por um ponto, porque não tinham tempo de estudar, o politburo ainda não tinha decidido. -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques -----

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que relativamente a essas três moções da CDU, não acompanhavam o pedido do “Mudar Alvalade” apenas porque quando receberam as moções, tendo em conta o teor, acabaram por dividir entre a bancada, analisaram e acharam que era premente discutir esses assuntos ali nessa sessão. O PSD nunca colocaria entraves a que se discutissem assuntos importantes para a Freguesia. ---

----- De todo o modo, era importante ter em atenção, era verdade que o Regimento apenas previa a exigência das 24 horas, mas era também verdade e todos ali sabiam que os funcionários não passavam a noite nos serviços, também tinham um horário de trabalho e se calhar cabia ter algum cuidado nas horas em que enviavam essas moções, porque sabiam que elas tinham que ser distribuídas atempadamente e pelo menos na véspera. -----

----- Relativamente ao teor da moção, dizer que foram precisos 52 anos de avanços e recuos para que se tomasse uma decisão quanto à construção de um novo aeroporto e foi o atual Governo, pouco mais de um mês e meio após a tomada de posse, que aprovou em Conselho de Ministros a solução de um novo aeroporto em Alcochete, decidindo também manter de forma temporária o aeroporto Humberto Delgado até que o novo aeroporto pudesse substituir o anterior. -----

----- Da comissão técnica independente criada pelo anterior governo socialista resultou também a conclusão de que, independentemente da construção desse novo aeroporto, seria necessário ampliar, também isso de forma temporária, o aeroporto da Portela, que se encontrava numa situação de congestionamento operacional desde 2018, diminuindo a qualidade de serviço prestado e com sucessivos atrasos e congestionamento de voos. -

----- Olhando para o cenário atual, os factos demonstravam que o aeroporto da Portela não conseguia mais prestar serviços de qualidade, que face à elevada procura e à falta de infraestruturas foi aprovada em 2022 uma exceção legal que permitia voos em horário noturno, opção que já ali foi censurada pela Assembleia e com o voto favorável do PSD. Tendo em conta que estava prevista a conclusão da construção do novo aeroporto apenas para 2030/2031, restavam assim duas opções, ou se mantinham os voos noturnos, cuja tendência era continuarem a aumentar de intensidade face ao aumento previsto do turismo, ou então faziam as obras necessárias no aeroporto da Portela, aumentando as infraestruturas e de forma a acabar com esses voos noturnos e dando resposta à procura existente. -----

----- Enquanto não tivessem o aeroporto de Alcochete, a única forma razoável de parar com os voos noturnos era assim a ampliação do atual aeroporto e mais uma vez de forma apenas temporária, até que o novo aeroporto estivesse construído. Se pedissem o contrário tinham também que ter a responsabilidade de apresentar alternativas, a responsabilidade política de apresentar alternativas, coisa que a CDU não fazia com essa moção. Pedia-se apenas a construção célere do novo aeroporto, algo que acompanhavam, mas pediam também que se impedisse a expansão do atual aeroporto e depois durante os próximos dez anos logo se via como geriam esse problema. -----

----- Todos os que estavam sentados na Assembleia em outras sessões já se mostraram favoráveis à saída do aeroporto de Lisboa, inclusivamente o PSD, mas até que tal se concretizasse havia que trabalhar com aquilo que tinham e que os obrigava a aumentar as estruturas atuais. Portanto, eram completamente favoráveis à saída do aeroporto de Lisboa, esse era um problema que afetava realmente a Freguesia, acompanhavam a CDU nesse aspeto, mas não podiam acompanhar quando lhes pediam para não fazer obras de ampliação que eram tão necessárias no aeroporto e por esse motivo iriam votar contra a moção. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que uma vez mais o “Mudar Alvalade” identificava o tema dessa moção como prioritário, bastante importante para todos os fregueses de Alvalade. No entanto, iriam abster unicamente devido ao timing com que a mesma foi partilhada para poder ser analisada. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que sobre os timings tinham um Regimento na Assembleia, que até já propuseram alterar. Tentavam entregar dentro da data e o mais cedo que conseguiam, também trabalhavam, não era sempre fácil, mas cumpriam o Regimento. Portanto, isso era criar um caso. Até já noutras Assembleias propuseram que esse prazo pudesse ser antecipado, mas havia um formalismo, como se o formalismo... sinceramente não estava de acordo com as críticas. -----

----- Sobre a expansão do aeroporto e os voos noturnos não havia nenhuma, pelo menos não conhecia nada escrito que dissesse que essa expansão, essas obras iriam terminar com os voos nocturnos. Não havia essa troca, não estava declarada por ninguém, pelo menos que se conhecesse. Nada era até dito sobre os voos nocturno, porque na verdade até tinham receio, no período noturno a infraestrutura estava disponível e tinham receio que esse período fosse invadido ainda mais, como tinha sido. Não era isso que estava em causa. -----

----- O que estava em causa era fazer obras avultadas, na ordem de centenas de milhões de euros, para expandir a capacidade e causar mais pressão. Havia alternativas. Não era fácil gerir esses constrangimentos, estavam de acordo, mas havia alternativas. Havia o aeródromo de Tires, alguns voos especiais podiam ser deslocados para Beja, havia também o tema dos voos do Porto, a TAP tomou a opção da ponte aérea que a população do Porto criticava tanto. Havia uma concentração talvez excessiva dos voos em Lisboa e seria possível gerir umas alternativas para um período que segundo a comissão técnica independente, o mínimo para ter o aeroporto e a primeira pista era de sete anos. Era possível fazer isso. -----

----- Do outro lado, se iam gastar muito dinheiro e fazer umas obras que demorariam um ou dois anos a ser feitas para depois durarem cinco anos, isso não era o tipo de coisa que costumava acontecer no País. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Mais Aeroporto é menos Alvalade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e ICDS-PP), 6 votos contra (PSD, ICDS-PP e Chega) e 3 abstenções (IL, MMA e ICDS-PP) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira -----

---- **Membro Frederico Lira (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“-----*Escolas precisam de obras* -----

---- *A Escola é um pilar básico essencial da concretização da Democracia e da luta pela Liberdade que culminou no 25 de Abril de 1974 e na aprovação da Constituição da República Portuguesa no ano seguinte.*-----

---- *Apesar disso, o estado em que se encontram a generalidade das escolas da nossa freguesia não permite o pleno usufruto por parte da comunidade educativa com preponderância para as crianças e alunos.*-----

---- *Passam-se os anos e os anúncios (i) de maior autonomia, (ii) de verbas mais generosas para enfrentar as necessidades identificadas, (iii) de rapidez na resolução dos problemas, contudo, mesmo juntando os alertas frequentes, vindos da comunidade escolar, a inação mantém-se na grande maioria dos casos.*-----

---- *Somando a tudo isso a deficiente operacionalização da delegação de competências quer do Estado para os municípios, quer dos municípios para as freguesias, nomeadamente no que diz respeito ao deficiente nível de financiamento, capacidade técnica e reduzido número de funcionários e trabalhadores transferidos para as autarquias, torna a atual situação praticamente insustentável.*-----

---- *No início deste ano letivo levantámos as nossas preocupações “quanto à capacidade atual da Escola Pública, em particular das escolas da nossa Freguesia, em garantirem as condições ideais para um desenrolar sem atribulações deste ano letivo.”*


---- *Contudo, apesar dos alertas da comunidade escolar, os problemas persistem. Chegados que estamos ao final do ano lectivo, não basta ficar à espera. É preciso agir e aproveitar o verão para completar as obras necessárias e ainda em falta.*-----

---- *É gritante que três das sete escolas identificadas como estando em situação de vulnerabilidade sísmica pelo estudo efetuado pelo LNEC se encontrem no território da freguesia. E não se vê uma solução à vista. São elas a Escola Básica Almirante Gago Coutinho, a Escola Básica Eugénio dos Santos, ambas do 2º e 3º ciclos, assim como, a Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa.*-----

---- *À Almirante Gago Coutinho soma-se a necessidade de obras de remodelação que permitam uma utilização mais agradável e segura dos alunos, nomeadamente que os possa proteger das condições atmosféricas permitindo-os utilizar o recreio durante todo o ano.*-----

---- *Na Eugénio dos Santos, contrariamente a tudo o que seria esperado, a Câmara Municipal de Lisboa chumbou um orçamento para a pintura das salas com bolores, mantendo-se assim os possíveis riscos para a saúde dos alunos. E isto após toda a persistência por parte da Associação de Pais para conseguir, durante as férias de Páscoa, uma lavagem e reparação elementar ao telhado de forma a mitigar as infiltrações existentes.*-----

---- *Quanto à Escola de Santo António, mais um ano letivo se conclui sem que as obras estejam terminadas. Será que no próximo ano já estará tudo a postos para que se*

10.  
M. Lira  


*meleir*

*J*

*prossiga com o projeto educativo? E a horta, que tanta satisfação trazia aos alunos e comunidade educativa, será preservada? -----*

*----- Em face de todos estes desafios, exige-se uma maior proatividade na exigência da solução das situações já identificadas, ao mesmo tempo que se garante uma comunicação direta, clara e atempada com a comunidade escolar para que as expectativas e ambições que têm possam ser cumpridas. -----*

*----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 27 de Junho de 2024, delibera: -----*

*----- 1. Solicitar à Junta de Freguesia que atue proativamente na resolução dos problemas apresentados pelas escolas da Freguesia e que garanta a disponibilidade para interagir com todos os atores da comunidade educativa; -----*

*----- 2. Requerer que a Junta de Freguesia, mobilize, por todos os meios ao seu dispor, junto da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério da Educação, a atenção e disponibilidade dos seus técnicos, assim como, as verbas necessárias para suprir os custos com as obras urgentes e necessárias de que carecem as escolas da Freguesia. ---*

*----- Lisboa, 27 de Junho de 2024 -----*

*----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Sérgio Morais e Frederico Lira ----- ”*

*---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano-----*

*----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse o PSD votaria a favor, pois também era uma preocupação sua, as melhores condições para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças na Freguesia. -----*

*----- Não deixava de ser curioso que esse problema estava identificado há muitos anos e não surgiram todos agora e a CDU no mandato anterior era a responsável pelo pelouro da educação. Contudo, era de frisar o esforço do Executivo no acompanhamento às obras de recuperação e remodelação, assim como já por várias vezes foi levado à Assembleia a preocupação do Executivo em recrutar funcionários para as escolas, em particular para apoiar os alunos com necessidades educativas. -----*

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Escolas precisam de obras”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU, IL e Chega) e 1 abstenção (MMA) -----*

*----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----*

*---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira -----*

*----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----*

*-----**Recomendação**-----*

*“-----A freguesia esquecida -----*

*Depois do Estádio Universitário também é Alvalade. Toda a zona da Quinta dos Barros, bairro Fonsecas e Calçada e Telheiras Sul tem sido esquecida pela Junta, Câmara e serviços à população.-----*

*----- Há contentores do lixo, em vez de eco-ilhas ou contentores nos prédios, o que provoca problemas de salubridade e favorece o aparecimento de pragas. -----*

*----- Há uma rua, chamada pelas pessoas de “rua de ninguém”, uma passagem larga, entre a Azinhaga Barros e a Rua António Albino Machado, onde é depositado entulho, e até um barco lá encontramos, quando fizemos uma visita propositadamente, guiados por moradores. Quando reclamaram desta situação foram informados que a Junta considera que a responsabilidade é da Câmara, enquanto a Câmara considera*

responsabilidade da Junta. Portanto, "Rua de Ninguém", é um nome adequado porque ninguém se responsabiliza. -----

----- Apesar da existência de um Pólo da Junta de Freguesia, o acesso a serviços essenciais é muito reduzido. O Centro de Saúde fica do "outro lado" do Estádio Universitário. As diversas centralidades, seja a zona comercial, ou a maioria dos equipamentos públicos da Freguesia estão também para além do Estádio Universitário. Esta grande faixa de território que inclui a Cidade Universitária, o Estádio Universitário e o Hospital, juntamente com a Segunda Circular e as restantes vias automóveis que circundam esta parte da Freguesia de Alvalade, transformam o território que vai da quinta dos Barros ao FONSECAS e CALÇADA num "enclave" de difícil acesso e quase fora da cidade. -----

----- O acesso aos transportes públicos está longe de ser ideal e foi uma das reivindicações mais constantes ouvida quer durante o Roteiro CDU com os vereadores do PCP na Câmara, quer nas frequentes visitas que os eleitos da CDU efectuam a este território. -----

----- Um simples passeio por esta zona demonstra a insuficiência com que o espaço público tem sido planeado e executado. Na aparência parece funcionar mas, na prática, o distanciamento existe. Os pólos de convívio, como sejam o Jardim da Quinta dos Barros e o seu Parque Infantil, demonstram frequentemente sinais de abandono ou deficiente manutenção. Em termos de planeamento também há problemas, como sejam a descontinuidade dos caminhos, passeios e ciclovias. -----

----- O simples acesso a um Multibanco é uma tarefa difícil com o único a estar disponível num supermercado virado para o exterior e território e com um horário necessariamente limitado. -----

----- Embora esta zona esteja perto de duas estações de Metro, não são de fácil acesso. Para a Cidade Universitária não há um caminho agradável. A estação de Telheiras, importante pelo acesso que dá à linha Verde e à estação de Alvalade, chega-se através de um caminho pedonal sobre a segunda circular que está degradado. Apesar de finalmente este viaduto estar em obras, os veículos da obra destruíram os jardins junto do acesso e ocuparam zona de estacionamento sem terem sido avisados os moradores. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão pública, no dia 27 de Junho de 2024, recomenda à Junta de Freguesia: -----

----- 1. Dedicar esforços a uma zona da freguesia que tem sido esquecida: Quinta dos Barros, bairro FONSECAS e CALÇADA e TELHEIRAS SUL; -----

----- 2. Trabalhar com Câmara para ser alterada a recolha de lixo, privilegiando os novos contentores subterrâneos; -----

----- 3. Levar a carreira de bairro até esta zona, para a ligar às zonas mais centrais da freguesia e aos serviços públicos; -----

----- 4. Estudar, com os moradores, melhorias para a mobilidade desta área, para criar maior integração com o resto da freguesia. -----

----- Lisboa, 27 de Junho de 2024 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Sérgio Morais e Frederico Lira -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que tinha ficado um pouco surpreendido com essa moção, a Freguesia esquecida parecia-lhe difícil. Aliás, vivia nessa zona há cerca de 18 anos e se havia zona que não estava esquecida, por lá passar todos os dias, era a zona da Quinta dos Barros, na qual passava muito tempo da sua vida. -----

CDU  
UR↓m  
Z

----- Uns desses temas que a CDU levantava, nos mandatos em que integraram o Executivo da Junta esses temas já existiam. Alguns estavam a resolver, outros iam resolver, mas tinha ficado um pouco estupefacto de como esses temas não foram resolvidos até outubro de 2021. -----

----- Passava a enumerar os vários investimentos e as várias ações que tanto a Junta de Freguesia como o Município de Lisboa tinham realizado nessa zona da Freguesia que, voltava a repetir, não estava esquecida. -----

----- Tinham realizado vários investimentos e manutenção corrente do pavilhão de Alvalade, em termos de manutenção e de substituição dos equipamentos. -----

----- Substituíram a vedação por rede no campo de jogos ao lado do pavilhão, um pedido da população em 2022 e agora iam promover a substituição de uma baliza que foi vandalizada nesse mesmo campo. Foi colocada ao lado do pavilhão, no talude que lá existia, um novo sistema de rega e o talude atualmente encontrava-se em bom estado de manutenção. -----

----- Tinha sido feito um corte recorrente no espaço verde expectante entre a sede do Fonseca e Calçada e os prédios da Gebalis, Telheiras Sul. -----

----- O novo concessionário do quiosque promoveu o melhor uso do mesmo e uma melhor frequência do espaço, estava mais cuidado. Devia-se também ao maior acompanhamento por parte da Câmara Municipal junto do concessionário. -----

----- A manutenção foi realizada no parque infantil em agosto de 2023, um investimento bastante avultado no parque infantil. Foram substituídos alguns brinquedos, toda a sua vedação em madeira foi arranjada, pintada e foram substituídas algumas tábuas. Portanto, gastaram ou investiram algum valor naquele parque infantil e agora, na manutenção corretiva que estavam a realizar esse mês e o próximo nos parques infantis da Freguesia, aquele parque infantil iria sofrer uma nova manutenção. -----

----- Manutenção corrente dos espaços verdes na zona da Quinta dos Barros, Azinhaga das Galhardas, Polaris, manutenção do prado onde se encontrava o parque infantil. Quando entraram na Junta de Freguesia tinha sido feita uma manutenção, mas aquele prado de sequeiro estava muito degradado e nos últimos tempos foi feito um trabalho, encontrava-se agora em melhores condições. -----

----- Com a insistência da Junta, a unidade de coordenação territorial da Câmara Municipal de Lisboa realizou uma passeira que foi permitir o atravessamento em segurança entre a ligação do território de Alvalade e a Freguesia vizinha junto ao parque de estacionamento da Universidade Católica. -----

----- Ainda sobre um tema da Unidade de Intervenção Territorial Centro, uma obra já executada que permitia a ligação de quem ia do Hospital Santa Maria, passava na bomba de gasolina da CEPSA, a ligação à Azinhaga das Galhardas e à entrada da cidade universitária. Esse caminho pedonal foi realizado depois de várias insistências da Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal. -----

----- A carreira de bairro, como já tivera oportunidade de dizer e contra a expectativa, que já devia estar em vigor desde setembro do ano passado, mas um problema técnico no trajeto não permitiu. A Câmara Municipal garantiu que iria estar alterada a carreira de bairro no início desse ano letivo, que iria permitir haver uma maior conectividade entre a zona de Alvalade, que a CDU chamava mais tradicional, e a zona esquecida, que era a Quinta dos Barros, em que a carreira de bairro iria passar no Campo Grande e fazer a ligação com a carreira da Carris 738, que ia até à Quinta dos Barros e aí permitiria uma maior mobilidade. Sabiam que o transporte naquela zona era realmente um tema importante. -----

----- Quando tiveram reuniões com a Carris e com a Câmara Municipal alertaram para isso e a Carris tinha uma solução. Carreira de bairro essa também que ia entrar no início

do ano eletivo no Projeto Amarelo, que era um projeto de transporte escolar, em que iria existir um monitor através de um CDC com a Junta de Freguesia para que as crianças pudessem ir para a escola aproveitando o percurso da carreira de bairro. -----

----- Em termos de mobilidade, junto ao Fonsecas e Calçada, na Rua Dom Luís da Cunha, a equipa da direção municipal de mobilidade, através de um projeto junto à escola, iria criar algumas medidas de acalmia de tráfego e de segurança rodoviária. Tinham noção que isso também era um dos temas e um dos problemas que os moradores levantavam e que assistia diariamente. Essa intervenção seria realizada pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Desenvolveram um projeto em parceria com vários parceiros locais e com a escola Dom Luís da Cunha, o projeto “Da Escola para a Mesa”, que permitiu a reformulação das hortas existentes na escola, a criação de hortas verticais e um anel agroflorestal, valorizando as zonas verdes da escola que foram entregues em muito mau e estado à Junta de Freguesia aquando das obras, sem rega a funcionar. Colocaram a rega a funcionar e com esse projeto permitiram que a escola estivesse com todos os parceiros e que as crianças estivessem envolvidas. Era um projeto que já tivera oportunidade de explicar ali e que tinha sido bastante valorizado também pelas crianças. Uma parceria que envolvia, entre outros parceiros, o Banco Alimentar. -----

----- A Junta de Freguesia participava ativamente no grupo comunitário, reunia mensalmente, onde eram identificados vários problemas do bairro. Diria que todos dependiam do Município de Lisboa. Faziam esse contato regular com a Câmara Municipal. Havia um tema de sumidouros junto ao bairro da Gebalis Telheiras Sul, estavam identificados e já falaram com a Câmara várias vezes. O saneamento do Município de Lisboa supostamente já teria uma empreitada aberta não só para resolver essa questão, mas para resolver outros temas da cidade e comprometer-se a resolver essa situação. A Junta de Freguesia abriu um pólo 2 da universidade sénior naquela localização. -----

----- Relativamente ao tema dos multibancos, já houve um abaixo-assinado da população, tinham essa informação. O único multibanco existente na zona já, existiram vários, existiam pelo menos três instituições financeiras naquela zona, Caixa Geral de Depósitos, o BPI, o Montepio e a Sintra. Já existia um multibanco junto ao ginásio naquela zona. Atualmente só havia um multibanco no supermercado, que era acessível tanto pela Azinhaga das Galhadas como pelo jardim da Quinta dos Bairros. Achavam também que não era suficiente, mas isso dependia das instituições financeiras. A Junta de Freguesia já falou com quase todas as instituições financeiras e a única, a população sabia disso, que se mostrou disponível para instalar o multibanco foi a Caixa Agrícola, mas a Junta de Freguesia tinha que fazer um investimento avultado, cerca de 10 mil euros no pavilhão de Alvalade para instalar esse multibanco. -----

----- Depois a instituição financeira garantia toda a operacionalidade, mas o investimento inicial a nível de segurança era do Município de Lisboa. Foi a única entidade financeira que se mostrou disponível. Tinham vários contactos com eles, andavam nisso há mais de um ano e meio, até já se anteciparam e enviaram um protocolo para a Caixa Agrícola, que a parte jurídica dessa instituição financeira estava a analisar e, portanto, tinha demorado mais do que era suposto. Estavam disponíveis e perceberam que era uma necessidade para aquela zona, nomeadamente pessoas mais idosas e que necessitavam de um multibanco para fazerem algo, para tratarem da sua vida no dia a dia. -----

----- Quanto às ecoilhas, era um tema que já ia sendo discutido, não era de agora, desse mandato certamente, o tema das ecoilhas tinha questões de recolha, de gestão de frota da Câmara Municipal. Era preciso saber se seria possível colocar ecoilhas naquela



Handwritten notes in blue ink, including a circled 'B' and a signature.

localização, a colocação de ecoilhas não ia garantir que o espaço ficasse limpo, porque se não houvesse civismo por parte das pessoas, ter contentores na rua ou ter a ecoilha era praticamente igual. Havia outras zonas da Freguesia com ecoilhas e que a população queria que retirassem as ecoilhas, que eram motivo de colocação de lixo e problemas de salubridade e, portanto, a ecoilha por si não ia ser a solução. -----  
----- Já sinalizaram isso junto da higiene urbana do Município, mas isso era um tema que a Câmara estava certamente a analisar e não mostrou grande abertura. Devia ser um problema a nível de gestão de recolha. Por outro lado, do ponto de vista técnico podia não ser possível. -----  
----- A Câmara Municipal estava a realizar uma empreitada de reabilitação das passagens pedonais, principalmente junto à Rua Mem de Sá, para o lado de Telheiras Norte. Essa intervenção estava a ser realizada e não esquecer outra intervenção do Município de Lisboa naquela zona da Quinta dos Barros, nos prédios da Gebalis Telheiras Sul. Os prédios foram todos pintados e as coberturas arranjadas. -----  
----- Essa parte da Freguesia não estava de todo esquecida. Acompanhava por motivos óbvios diariamente essa zona, tinham feito várias melhorias e iriam continuar a fazer.---  
---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Miguel Henriques -----  
----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que queria em primeiro lugar dizer que, independentemente de às vezes concordarem ou discordarem, tinha que reconhecer que as moções da CDU refletiam alguma seriedade e honestamente não podia sentir o mesmo em relação a essa moção. Dizia que havia uma zona da Freguesia esquecida e era algo que quase parecia o título de um romance, a Freguesia esquecida, quando na verdade o Vogal Tomás Gonçalves já deixou ali bem expresso tudo aquilo que era feito nessa zona e efetivamente não era isso que acontecia. -----  
----- Essa ideia devia ser repudiada, porquanto em Alvalade não existiam zonas esquecidas. O PSD e certamente o Executivo tratavam Alvalade como uma Freguesia una. Era certo que existiam zonas na Freguesia que mereciam especial atenção devido a características próprias, mas efetivamente não podiam aceitar essa ideia que a CDU tentava fazer passar de que existiam em Alvalade cidadãos de classe A e cidadãos de classe B e que por isso eram tratados de maneira diferente. -----  
----- A Freguesia devia ser pensada como um todo e por esse motivo não se podia dizer que esse Bairro Fonsecas e Calçada era um parente pobre apenas porque tinha menos comércio do que desejariam ou porque não existia um centro de saúde no Bairro Fonsecas e Calçada e as pessoas tinham que atravessar a cidade universitária. Também não fazia sentido dizer que essa era uma zona esquecida da Freguesia porque ficava ali encostada à Segunda Circular. Esse tipo de discurso acabava, de certa forma, por ostracizar ainda mais a população que pretendiam que estivesse integrada na sua plenitude e, apesar de ser a função política sugerir mais e mais melhorias para a Freguesia, deviam também saber reconhecer aquilo que tinham de bom. Inclusivamente, se calhar as pessoas preferiam viver ali encostadas à Segunda Circular do que atravessar todos os dias a Avenida do Brasil. Portanto, eram perspectivas. -----  
----- Tinham sido feitas muitas melhorias no Bairro Fonsecas e Calçada. Esse bairro tinha tido algumas obras, algumas intervenções na via pública. Foi feito um enorme investimento em obras no pavilhão desportivo onde a Junta desenvolvia diversos programas de atividades físicas para a comunidade local, como também já ali foi referido. -----  
----- Essa zona tinha também um parque canino, o parque infantil. Os espaços verdes tinham também a mesma atenção que todos os restantes da Freguesia e era esse cuidado constante que todos os espaços em Alvalade deviam ter. Era importante salientar que

foi, inclusivamente, nessa zona da Freguesia que o Executivo instalou o segundo polo da Universidade dos Briosos de Alvalade, chamando inclusivamente a essa zona uma faixa da população que não se deslocaria, por exemplo, ali para o centro. -----  
----- Queria também dizer que apontar o exemplo de uma rua, alegadamente de ninguém, onde foi deixado um barco ao abandono para que alguém o limpasse, isso não podia ser um argumento para dizerem que existia mais uma vez uma zona esquecida da Freguesia. Infelizmente, isso era um fenómeno recorrente, feliz ou infelizmente, consoante a perspectiva, não era todos os dias que encontravam barcos abandonados aí nas esquinas, mas era uma verdade e era um facto que existiam vários locais por toda Alvalade onde se abandonava todo o tipo de entulho e monos. Barco, para si era uma novidade e achava que o Executivo tomaria nota dessa situação. -----  
----- Barcos não sabia, mas efetivamente era algo que também já verificaram noutras zonas da Freguesia, fosse material de construção, fossem eletrodomésticos, sofás, móveis, etc. Portanto, aquilo que demonstrava era que, efetivamente, as pessoas precisavam de ser informadas de que existiam mecanismos para que se pudessem livrar desses monos e desses materiais, que bastava contactarem os serviços camarários, fazerem o agendamento e no dia seguinte esses materiais eram recolhidos pelos serviços camarários ou mesmo a própria Junta de Freguesia. -----  
----- Isso não era reflexo de uma zona esquecida da Freguesia, era mesmo um comportamento de uma pequena franja dos fregueses e, portanto, a única coisa que podiam fazer era instar para que as pessoas aderissem àquilo que era comumente aceite e que era acionarem os mecanismos para se livrarem desse tipo de material. -----  
----- Por esse motivo, não porque desconsiderassem de alguma forma o bairro, muito pelo contrário, o Fonseca e Calçada, porque se preocupavam, mas porque não podiam aceitar que se passasse essa mensagem de existirem partes esquecidas da Freguesia, pediria ao Senhor Presidente que essa moção fosse votada por pontos, sendo que, pelas expressões utilizadas e a expressão “Freguesia esquecida”, votariam contra o ponto 1. --  
----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira -----  
----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tomaram a forma como a CDU apresentou como uma forma de tentar chamar a atenção, não se ativeram muito a essa parte e sim à parte deliberativa, que acompanhavam. -----  
----- De igual forma o Vogal Tomás Gonçalves também remeteu para o passado, como querendo dizer que no passado não se fez, mas no passado construiu-se o pavilhão municipal de Avalade, reabilitou-se a sede do Fonsecas e Calçada, reabilitaram-se os logradouros dos prédios das cooperativas Unidade do Povo e 25 de Abril, apoiou-se as cooperativas para que essas reabilitassem o seu edificado. Reabilitou-se o espaço envolvente e o logradouro do prédio da Gebalis, sofreu intervenções, reabilitaram na Rua Dom Rodrigo da Cunha um espaço verde que lá estava em frente à escola, a escola foi reabilitada, o parque canino ali referido foi também construído no anterior. Era uma zona muito degradada, que era um lote que ficou da construção geral. Reabilitaram-se os espaços verdes dos prédios da antiga EPUL na Rua Paul Harris. Portanto, fizeram um conjunto de intervenções muitíssimo alargadas.-----  
----- Naturalmente que era sempre possível e pensava que também o Executivo tinha feito coisas, como ali foi demonstrado e ainda bem, não criticavam isso, valorizavam a parte deliberativa de chamada de atenção às coisas que podiam ser feitas e achava que remeter para o passado não valia a pena. -----  
----- Esse Executivo fez uma coisa que não se falou e que estava no plano de atividades da SRU e que seria muito importante, tanto para a Freguesia de Alvalade e para a Quinta dos Barros, mas também para o lado de São Domingos de Benfica, que também

①.  
WRK/j  
J

MB  
Mafra  
7

tinha ali muita gente a viver, que era a creche contígua à zona do pavilhão e depois do campo de jogos aberto. Estava a falar de memória, mas seriam seguramente mais de 80 vagas que ali iriam ser criadas, operadas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Era uma intervenção muitíssimo importante e estruturante naquele local da Freguesia. -----  
---- Já era do passado a estação Gira que foi colocada em São Domingos de Benfica, mas na verdade foi Alvalade que tentou incentivar a colocação ali da estação. Era do outro lado da rua, servia ambas as Freguesias e as pessoas todas que viviam ali e permitia mitigar a distância aos transportes públicos de maior calibre. -----  
---- Também não era justo, e ali foi dito pelo Vogal Miguel Henrique sobre os adjetivos usados na moção, mas também não eram justos os adjetivos usados pelo Vogal Tomás Gonçalves, remetendo para o passado. No passado fez-se muita coisa, agora também estavam a fazer, não de monta tão volumosa como no passado, mas também eram coisas necessárias e todos os dias iam surgindo problemas. Era importante isso. -----  
---- Reiterava que a Junta de Freguesia tentasse que a creche fosse de facto construída, que era um equipamento muito importante para aquela zona da Freguesia e da cidade. -  
---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira -----  
---- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” iria abster-se nessa moção, pelos motivos já ali evocados. -----  
---- Aproveitava para dar uma nota ao Sérgio Morais, tinha ouvido com toda a atenção quando já por diversas vezes tentara mudar o Regimento, porque efetivamente o tempo útil por vezes não era... porque todos tinham trabalhos profissionais e a vida pessoal que os impossibilitava de dar resposta em tempo útil muitas vezes às moções enviadas. -  
---- Também recordava e era possível avaliar isso se a memória não estivesse tão presente, ir visitar todas as Assembleias de Freguesia que estavam gravadas, sendo que a CDU era uma força política sempre do contra relativamente a moções e notas que eram dadas ali. Entendia que não eram a tempo de serem avaliados e sempre a força política que se mostrava mais contra uma análise mais rápida de todos os documentos, que do ponto de vista da CDU não eram distribuídos em tempo útil para poderem ser analisados, que por vezes eram mais que doze horas, o tempo que foi dispendido para essas moções. -----  
---- Folgava em saber que o PSD teve a capacidade de distribuir essas moções pelos elementos que faziam parte do partido e aproveitava para questionar pela ata da comissão da transparência, da reunião havida em fevereiro passado. Um ano depois era importante e já na continuidade dessas comissões, que eram comissões permanentes e de permanência pouco tinham, saber quando iriam ter a primeira reunião, porque a única que teve reunião foi a da transparência e já iam em 2024. Eram comissões permanentes, isso dava a entender que o objetivo era uma análise e traduzir valor para o Executivo, era apoiar, era dar noção daquilo que encaravam como sendo positivo para a Freguesia. Não passava de um mero papel e por isso questionava os presidentes dessas comissões, se não queriam dar o lugar ao “Mudar Alvalade” para pôr essas comissões em execução. -----  
---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira -----  
---- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que a CDU não era uma força do contra, era uma força pelo debate. Se achavam que as coisas estavam mal debatiam-se. -----  
---- Foi a única força que apresentou ali propostas para alterar o Regimento e, portanto, tirassem daí as ilações que quisessem. -----  
---- Quanto ao que foi dito, também concordavam, realmente foi feito muito no passado e também estava a ser feito, havia muita manutenção a fazer e também muitas vezes

ouviram que iria ser. Sabiam que muitas das coisas eram da parte da Câmara Municipal e poderiam demorar, mas a verdade era que aguardariam, ainda não foram feitas muitas das coisas. -----

----- Em relação ao parque infantil, ainda bem que estava lá. Tiveram oportunidade de visitar antes e depois da intervenção. Houve uma intervenção, mas era para remendar e esperavam mais, havia partes do pavimento que estavam soltas à mesma e outras coisas. Visitaram uma semana depois de ter sido feita a intervenção. -----

----- Em relação às hortas, ainda bem que valorizavam isso. Ainda bem também que estavam como Vogais da parte da educação e era por isso que achavam tão importante manterem-se as hortas na escola de Santo António e desenvolverem-se as outras escolas onde não estava. -----

----- Por último, dizer para não irem a correr, porque a chave do barco não estava lá. A questão que houve e que lhes foi comunicada era que antes havia os pilaretes que impediam o acesso. Numa das intervenções que a Câmara Municipal fez foram retirados os pilaretes para fazerem uma limpeza e depois não foram retomados. Eram uns blocos grandes do cimento e daí estar a acumular o lixo de maiores dimensões, até porque era uma rua porque não era de ninguém, mas que não convidava à visita por ninguém. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação “A Freguesia esquecida”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 8 votos contra (PSD, CDS-PP e Chega), 8 votos a favor (PS, e CDU) e 2 abstenções (IL e MMA), tendo o Senhor Presidente da Assembleia utilizado o voto de qualidade contra. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação “A Freguesia esquecida”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e IL) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP, Chega e MMA) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Recomendação “A Freguesia esquecida”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU e Chega) e 9 abstenções (PSD, CDS-PP, IL e MMA) -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Recomendação “A Freguesia esquecida”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, CDU e IL) e 2 abstenções (Chega e MMA) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais assuntos a discutir neste Período, passou ao Ponto 1 do -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação de Atas da Assembleia de Freguesia;** -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que havia um erro na ata 16, que já tiveram a oportunidade de enviar essa correção e ela poderia ter-se perdido. No resultado da votação estaria o Chega a abster-se e a Iniciativa Liberal a votar contra, mas o Chega votou contra e a Iniciativa Liberal absteve-se. Houve uma troca e pediam essa correção, de resto estavam de acordo com as atas e votariam a favor de tudo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 16**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 17**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----



----- Submeteu à votação a **Ata nº 18**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 19**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 20**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa às deliberações acabadas de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Dando por encerrado este Ponto da Ordem de Trabalhos, deu inicio ao -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade;** -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para além da informação escrita elaborada pelos serviços, na maioria dos casos, que constituía o relato da atividade da Freguesia nos últimos meses a que dizia respeito, cabia-lhe a si destacar algumas decisões que foram tomadas, que resultaram de algumas reuniões dos Membros do Executivo, em particular suas, com alguns Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa que visavam ultrapassar alguns constrangimentos e tomar decisões sobre matérias muito importantes. -----

----- Falava, como já era do conhecimento público, do parque de estacionamento em Alvalade, a construção de um novo parque de estacionamento em Alvalade, sito na zona do Mercado Rio de Janeiro, nas imediações da Avenida da Igreja, projeto que a maioria das pessoas de Alvalade sabia que se arrastava há dezenas e dezenas de anos e que só agora viam alguma possibilidade de se iniciar o processo. -----

----- Na verdade, o que conseguiram alcançar foi uma deliberação que visava resolver situações jurídicas que impediam o desenvolvimento de qualquer projeto, designadamente sobre algumas permutas efetuadas durante os mandatos anteriores a empresas que viram assim reconhecidos direitos de superfície nessa zona de Alvalade, em particular na zona do Mercado de Alvalade e da Avenida Rio de Janeiro, em que sobre o mesmo sítio impendiam dois direitos de superfície, um deles atribuído à SOMAGUE e outro à ESLI. Resultaram de permutas porque as empresas tinham ganho concursos para construir parques de estacionamento em algumas zonas da Cidade de Lisboa que foram inviáveis, foram inviabilizados, foram impossíveis de construir, ou pelo menos perderam o interesse. Nomeadamente no jardim de São Pedro de Alcântara, na zona do Beato e no Príncipe Real. A solução que a Câmara encontrou foi transferir esses direitos, essas expectativas juridicamente tuteladas para a zona de Alvalade. -----

----- Por isso foi preciso primeiro encontrar uma solução que desse resposta aos dois direitos assim constituídos, porque havia um concurso para uma mesma zona de duas expectativas juridicamente tuteladas. Chegou-se a um consenso e um acordo em que a proposta da ESLI poderia ser desenvolvida e o projeto desenvolvido onde atualmente estava o estacionamento do Mercado de Alvalade, que resultaria na construção de um parque de estacionamento com um piso subterrâneo e dois à superfície, em altura. -----

----- O outro direito de superfície que estava constituído para a empresa SOMAGUE, depois transferiu por sua vez esse direito à empresa Braga Parques e, portanto, a Câmara teve que fazer todas essas démarches e procedimentos para saber da Braga Parques, se não corria o risco de atrasar ainda mais o processo se ela recorresse à decisão da Câmara de atribuir a uma empresa sem respeitar o direito também constituído por outra empresa.

----- Só assim se conseguiu que a Braga Parques, por escrito expressamente, informasse a Câmara Municipal de Lisboa que não se oporia à construção do parque de

estacionamento do Mercado de Alvalade Norte, no sítio que ele estava atualmente, sem prejuízo de manter o seu direito para a construção de um parque subterrâneo em Alvalade noutra zona de Alvalade onde viesse a ser decidido. -----

----- Em conclusão dessas reuniões, depois de alguma insistência e de muitas reuniões e muitos telefonemas, era um projeto que estava previsto desde 2021 como compromisso assumido e pensava que vários partidos que concorreram às eleições em Alvalade também assumiram esse compromisso. Havia um consenso sobre a necessidade e a urgência de se construir um parque de estacionamento naquela zona de Alvalade, em particular nas imediações da Avenida da Igreja e do mercado. -----

----- O que havia falado e não projetado e nenhum estudo foi desenvolvido, a primeira hipótese seria no Largo Frei Heitor Pinto, com pareceres e análises técnicas dos serviços da Câmara se considerou não adequado e não viável. Por isso o recurso ao sítio que já agora tinha um parque de estacionamento, mas só aquele que conheciam ao lado do mercado, foi a opção considerada viável e adequada para, segundo as informações da Câmara, poder ainda ser iniciado no final do ano, princípio do próximo ano. -----

----- Com as novas técnicas de construção e como só tinha um piso subterrâneo, previa-se que o prazo de construção permitisse que para o ano, primeiro semestre, já estivesse concluído. Informações da Câmara, não eram compromissos que a Junta de Freguesia podia assumir, porque não tinha competência para essas decisões, mas foi isso que a Câmara e o Vereador até publicamente, numa audição da oitava comissão, referiu e estava traduzido em ata, no relatório que essa comissão elaborou. -----

----- Outra decisão que também se arrastava há anos, esperavam que a breve trecho para ser aprovada e se desenvolver, tinha a ver com a requalificação do Mercado de Alvalade. Era outro projeto que se arrastava há demasiado tempo, do ponto de vista técnico tinha encontrado vários constrangimentos e vicissitudes, muitas vezes inexplicáveis. A Junta da Freguesia já fez variadíssimas reuniões até ao nível técnico, já receberam inclusive uma proposta e discutiram essa proposta, dos arquitetos da Câmara para a apresentação de um projeto de elaboração da requalificação do mercado. -----


----- Devia informar que a Junta da Freguesia foi crítica na apreciação desse projeto. Por escrito informaram a Câmara que gostariam que o projeto fosse mais exigente e que tivesse outra qualidade. A Câmara, disse-lhe o Vereador também responsável pelo património, acolheu as críticas e promoveu e estava a desenvolver um projeto de alteração da requalificação do Mercado de Alvalade, que esperava também concluir ainda esse ano. Para o efeito iria prorrogar o prazo de concessão do Lidl, porque não havia tempo para se estabelecer o projeto, concursos públicos e todos os procedimentos legalmente previstos e necessários para que a obra começasse antes. -----

----- Devia ainda dar nota de que pela primeira vez realizaram o Alvalade em Férias na Páscoa. Teve a resposta de mais de 80 crianças. As famílias reagiram e consideraram uma iniciativa muito positiva que apoiava as crianças nesse período de férias em que os pais continuavam a trabalhar. Esperavam continuar e tudo estava a ser feito para o Alvalade em Férias no verão, que já estava a ser preparado. Previa ainda que mantivessem uma capacidade de ser cada vez mais inclusivo, aumentando o número de crianças com necessidades especiais nesse projeto e também, consequentemente, aumentando o número de técnicos que, nos termos da Lei, acompanhavam essas crianças. -----

----- Para além disso, tiveram reuniões com a Vereadora responsável, a Vereadora Sofia Athayde, para o aumento da oferta de creches na Freguesia de Alvalade. Nesse sentido foi aprovado e estava já em execução e seria aberto, entraria em funcionamento já a seguir às férias de verão, em setembro, a creche no Centro Paroquial de São João de Brito. Também tiveram várias reuniões desde o tempo em que era responsável o

  
Mr. Rui P.



  
Vereador Diogo Moura até à Vereadora atualmente responsável pelo pelouro para, de uma vez por todas, saberem o ponto da situação e o que era necessário fazer para a construção de uma nova creche na Quinta dos Barros, cujo terreno, sabiam desde o início do mandato, estava reservado para esse efeito. -----

----- No entanto, não havia nenhum projeto, era só um terreno, não foram desenvolvidos nenhuns procedimentos que levassem a essa construção e a Câmara Municipal de Lisboa, através dos serviços competentes, estava precisamente a preparar juridicamente os procedimentos necessários para que os concursos e a adjudicação, ou a própria construção pela Câmara viesse a ser desenvolvida e depois atribuída à gestão a uma IPSS ou uma entidade que se revelasse juridicamente adequada ao efeito na consequência de concurso. -----

----- Ainda sobre o aumento da oferta de equipamentos para a infância, devia dizer que conseguiram que três Vereadores tivessem reuniões no terreno, porque muitas vezes as discussões que tinham e as informações escritas não eram suficientes, tiveram uma visita de trabalho à Associação de Moradores do Campo Grande, que tinha o equipamento que também necessitava urgentemente de ser requalificado. Aliás, tomando por exemplo o que aconteceu no outro edifício da associação, do Clube Recreativo dos Coruchéus e da Associação Sénior que ardeu, era o mesmo modelo de materiais. A própria direção da associação ia solicitando que fosse feita alguma coisa para melhorar as condições não só de segurança, mas de eficácia e de prestação de serviços à comunidade. -----

----- Como era requerida a intervenção de três pelouros, nomeadamente o pelouro das obras, que era da Vereadora Filipa Roseta, o pelouro do urbanismo, que era a Vereadora Joana Almeida, e o pelouro da ação social e da educação, que era da Vereadora Sofia Athayde. A Junta de Freguesia, apesar das dificuldades de conciliação de agendas, conseguiu fazer reuniões no terreno com a própria direção para assumir o compromisso de promover esse projeto. -----

----- Além disso, estava ainda em estudo e avaliação, primeiro do urbanismo, mas já com a posição favorável da Vereadora Sofia Athayde, a construção naquela zona, nas traseiras, nos logradouros que não tinham utilidade nenhuma e que estavam totalmente desocupados e cheios de matagal e de lixo até, para a construção de um jardim de infância naquela zona, dando resposta às necessidades dos moradores que foi expressa pela própria Associação de Moradores de Campo Grande nesse sentido. -----

----- Devia ainda dizer, foi já referido, desenvolveram um novo projeto, o desenvolvimento do polo 2 da Universidade Sénior de Alvalade. Tinham já mais de 40 pessoas inscritas e a frequentar as aulas. Previam ainda criar um programa novo, também a pedido dos utentes, não foi nenhuma invenção, dos alunos, das pessoas que participavam, o desenvolvimento de um programa que já estava concluído e que seria já realizado a partir de julho, meados de julho até meados de agosto, porque a partir do dia 15 de agosto começava o Alvalade em Férias Sénior. -----

----- Os projetos de requalificação do campo de jogos e balneários da Teixeira de Pascoaes estavam em processo muito avançado. Segundo o Vogal Paulo Doce Moura, era um dos projetos que estava em fase de construção e conclusão. Os outros projetos que se comprometeram, já estavam em fase de avaliação final, antes de se começar no terreno a executar, da Câmara Municipal de Lisboa, designadamente no que dizia respeito à requalificação do Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão. Já foi feito estudo prévio e o texto estava a ser analisado pela Câmara Municipal de Lisboa para que o processo pudesse continuar e desenvolver e que esse processo fosse concluído num período razoável. -----

----- Também devia dar nota que o projeto relativo à instalação do novo edifício, para a substituição do que ardeu e todo o projeto de requalificação dos espaços verdes na zona dos Coruchéus, também já estava em fase final de apreciação da Câmara e o projeto relativo à requalificação e à rearborização da Avenida de Roma também estava em fase de análise da Câmara Municipal de Lisboa, depois de múltiplas reuniões com os técnicos que permitiram chegar a uma proposta que parecia ir ser aprovada. -----

----- Estava disponível para as questões que fossem colocadas e em algumas matérias podia ser ajudado pelo Vogal Tomás Gonçalves e pelo Vogal Doce Moura. -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que sobre a parte da comunicação tinham sido confrontados várias vezes que o novo website era uma âncora para a comunicação com os fregueses e a população em geral, o que parecia pouco óbvio era o impacto esperado ao nível da transparência e ao estímulo da participação da população. Dizia isso porque tinha sido reiterada a não publicação atempada dos documentos para as reuniões do Executivo, por exemplo. Mesmo a reunião do Executivo desse dia que teria tido lugar às 18:00, só estava lá colocada a convocatória com uma série de pontos e era importante a população ter acedido a esses pontos. Mais uma vez, se calhar, os prazos tinham que ser revistos e o mesmo se passava para a Assembleia. -----

----- Também dizer que a informação em relação à Assembleia em que estavam, quando se clicava ia ter à convocatória da reunião do Executivo, o que claramente criava alguma dúvida em qualquer cidadão que pudesse ter consultado ou tentado consultar essa informação. -----

----- Viam também muitos desenvolvimentos ao nível da área informática e digital, mas continuavam a achar que precisavam melhorar mais ainda era a comunicação. Proteger das ameaças cibernéticas era, obviamente, indispensável, até porque havia muitos brincalhões, além daqueles que queriam mesmo causar dano. -----

----- Havia uma questão que os tinha apoquentado e eram confrontados com isso diretamente, mas também por vários moradores e outros cidadãos, que lhes tinham levado ao conhecimento respostas da parte da Junta onde era impossível depois ver quem teria respondido, porque não eram assinadas, ou só tinham um nome, não tinham propriamente uma responsabilidade e isso era um princípio elementar da transparência. -----

----- Como seria isso organizado no Executivo, isso depois dependia do Executivo, se queria pôr a assinar a pessoa que enviava o e-mail, se queria pôr a assinar quem produzia a informação para enviar o e-mail, mas isso já seria uma decisão que tinha que ser efetuada. Mas criava uma barreira, era de evitar essas barreiras. -----

----- Em relação a um aspeto mais comunitário, aprovaram na última reunião da Assembleia uma recomendação apresentada pela CDU e onde se requeria a constituição de um programa próprio do Dia da Criança e do Dia Internacional do Brincar. Não viam propriamente um programa. Estavam a par de uma atividade, nesse caso até dentro de um projeto para alertar para a epilepsia, obviamente fantástico, nada a opor ao desenvolvimento das crianças e das suas apetências para a ciência, mas não lhes parecia um programa próprio. -----

----- Nesse particular foi chamado também à atenção que a Associação Viver a Infância pelo segundo ano consecutivo tentava realizar uma atividade para a qual tinha pedido um apoio não financeiro do Executivo que no ano anterior recusaram, apesar de ter havido umas reuniões. Ao que sabiam, nesse ano nem sequer tiveram resposta aos vários pedidos que fizeram e às consecutivas démarches que fizeram para tentar obter uma resposta. O objetivo da associação era encerrar uma via ao tráfego, sabia porque lhe mostraram as hipóteses, deram várias hipóteses e parecia improvável que uma não

Handwritten notes in blue ink, including a circular symbol and some illegible scribbles.

pudesse estar fechada meio-dia durante o fim de semana, para valorizar o brincar e o brincar na rua. -----

----- Havia aí uma grande dúvida, se continuavam a apoiar a poluição e a sobrevalorizar os direitos dos automobilistas, se ignoravam as crianças. Parecia um pouco triste, mas gostava de perceber bem qual era a posição do Executivo em relação às crianças no ar livre. -----

----- O mercado foi ótimo, sabiam isso, como o mercado e como os outros projetos que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu, gostavam de saber que estavam a desenvolver, mas gostariam de ver os projetos. Obviamente que sabiam existir um procedimento que tinha de ser cumprido, não tinham dúvida nenhuma também que algumas coisas já podiam ser demonstradas, que tinha a ver um bocado com o modo de operar da Câmara e eventualmente da Junta. Nesses projetos maiores a decisão da Câmara, mas já era possível demonstrar algumas coisas. -----

----- Sobre a mobilidade, foi aprovado e já falou o Senhor Presidente da Junta da duplicação do número de lugares de estacionamento no Alvalade Norte. Levantavam-se várias questões e era pertinente saber a resposta. A Junta nesse momento detinha a gestão do parque, a receita anual tinha sido à volta de 70 ou 80 mil euros proveniente do estacionamento, pelo menos de acordo com as contas. Podiam estar erradas, mas era o que estava apresentado. -----

----- Perguntou se com um novo contrato iam abdicar dessa receita. Saber quais eram as consequências para a receita da Junta, mas também a integração na confusão que viesse a ser feita. -----

----- Outra pergunta pertinente pelo menos para os utilizadores era se os tarifários praticados iriam ser mantidos caso a concessão à ESLI se verificasse e as isenções aos moradores com dísticos da EMEL, o valor anual para os comerciantes e a gratuidade existente entre as 16 e as 8 horas do dia seguinte de segunda a sábado e ao domingo dia todo. -----

----- Havia, contudo, outras questões que advinham dessa decisão e uma delas tinha a ver com a forma como essa concessão iria impactar na mobilidade da Freguesia e em particular no que se referia ao estacionamento e naquela zona em particular. Se iam ser assegurados lugares de estacionamento para os comerciantes no mercado e os abastecimentos a esse equipamento, se iam abandonar a pretensão de construir o parque de estacionamento do Largo Feitor Pinto, que já se tinha falado umas coisas, mas não parecia estar concluída essa discussão. -----

----- Perguntou se estava prevista a construção de mais algum parque de estacionamento, atendendo aos direitos de superfície em subsolos estabelecidos. -----

----- O agravamento da tarifação naquela zona, passando para vermelha e aumento das zonas exclusivas a residentes, foi pensada atendendo a criação de novos parques de estacionamento decorrentes dos direitos de superfície do subsolo estabelecidos? -----

----- Os acessos ao parque garantiam a segurança dos peões, uma vez que se ia duplicar o número de viaturas que se podiam parquear? -----

----- Existiriam também lugares exclusivos gratuitos para bicicletas e meios de locomoção ligeiros? -----

----- Havia uma série de perguntas a responder. Era interessante ver andar o projeto, realmente estava parado há bastante tempo e era fruto não se sabia bem de quê. Já se devia ter decidido alguma coisa, mas claramente tinha que se decidir com planeamento e enquadrar uma série de questões. -----

----- Outra questão que também tinham sido alertados era uma passadeira perto da escola Teixeira de Pascoaes, no cruzamento entre a Frei Miguel Contreiras e a Rua Teixeira de Pascoaes, que houve ali alguma intervenção e desapareceu. Perguntou se

havia alguma razão para essa situação e quando seria a resposta. Aquelas obras que tinham sido feitas e acompanhavam, na melhoria da mobilidade e da segurança, mas acima de tudo, como também disseram no passado, era relevante ter uma estratégia e um plano de ação de várias obras e que fosse consultado pelo menos pelos residentes. --

----- Sobre os trabalhos de requalificação e manutenção da passagem pedonal da segunda circular, ligando a zona de Telheiras ao Bairro Fonsecas e Calçada Havia uma série de danos realizados pelo empreiteiro nos espaços verdes, ao colocar as máquinas em cima dos relvados, criou buracos, danificou o sistema de rega, deixou lixo das obras na zona envolvente, etc. Aquele espaço em particular estava sob a gestão da Junta de Freguesia e, portanto, questionava se teriam conhecimento dessa situação, pelo que já foi averiguado. Terem falado da situação em si em concreto, deduzia que tinham conhecimento dessa situação. Saber se o acompanhamento foi feito, se estava a ser feito, se havia alguma conclusão. Era uma pergunta bastante pertinente, porque houve vários moradores a levantar essa questão e realmente o espaço público, o dinheiro público tinha que ser bem utilizado, se fosse estragado tinha que ser repostos. -----

----- Também não era um caso isolado, já alguém tinha falado ali de andaimes nos relvados, intervenção de empresas para substituição de sistemas de água, sistemas de comunicação, gás e electricidade, abrindo buracos, essas situações ficavam todas. Sabia que não era fácil de acompanhar, claramente precisavam também de mais pessoal, mais gente na Junta para poder fiscalizar efetivamente e eficientemente essas questões, mas eram questões que o Executivo tinha que se debruçar sobre elas. -----

----- Mais recentemente todos teriam notado a substituição do mobiliário urbano, em particular das paragens de autocarro, as estruturas de publicidade. Tinha danificado as árvores, prejudicando a mobilidade e não eram finalizadas de forma adequada. A grande maioria das que tinha visto estavam mal calcetadas, o espaço envolvente às intervenções foi mal-cuidado. A Câmara tinha obrigação de fiscalizar, o contrato era com ela, mas as Juntas tinham também essa obrigação. A pergunta era o que estava a ser feito ali. -----

----- A substituição das paragens de autocarros tinha levado a outras questões conexas, como era o exemplo da falta de iluminação nas paragens. Um caso que lhe chegou ao conhecimento na Avenida dos Estados Unidos da América junto ao número 36, a paragem foi retirada, passaram três semanas e nada foi feito, não havia iluminação e tornava-se um sítio menos agradável para algumas pessoas, perturbava a mobilidade. ---


----- Em relação ao ambiente, se não estava em erro já foi falado e até foi dada uma resposta triste para português, que ninguém tinha responsabilidade. A verdade era que não estava resolvido e referia-se ao furo de água em frente à faculdade de psicologia na Alameda da Universidade. Era mais de um ano ou ano e meio e continuava ali. Sabia de várias pessoas que já reportaram na “Minha Rua” e às entidades competentes e continuava sem ser feito. Parecia uma dança do “empurra”, vira respostas a esses pedidos e era inenarrável na falta de assumir responsabilidade, mas importante era saber como se resolvia esse assunto. -----

----- Sabia que tinha havido da parte do Executivo uma tentativa, conseguida nalguns casos e bem, de diminuir os desperdícios da água e os consumos de água e electricidade, mas para serem uma Freguesia neutra em carbono como desejavam, sustentável, isso exigia mais do que controlar os gastos próprio, tinham também que se controlar os gastos das entidades. Ainda por cima seria água potável e, portanto, era uma vergonha para todos. -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira -----

----- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” tinha a referir quatro pontos. O primeiro prendia-se com a Revista de Alvalade uma vez mais. Nos



  
procedimentos pré contratuais a informação escrita identificava o relativo à aquisição de serviços de produção de conteúdos para a referida revista, ao qual não conseguiram recolher informação no site da Junta de Freguesia. No entanto, consultada a base.gov verificava-se que o mesmo era um ajuste directo no valor de 9.000 euros. Posto isso, questionava se esse procedimento dizia respeito à produção de conteúdos para uma edição da revista ou para as três edições previstas para o ano de 2024.-----

----- Bem sabiam que a revista nos moldes em que estava a ser lançada era uma decisão política assumida pelo Executivo e já várias vezes ouviram essa resposta. No entanto, o “Mudar Alvalade” já teceu vários considerandos, mas uma vez mais não podiam deixar de frisar que o custo lhes parecia elevado face ao benefício que daí se retirava.-----

----- O segundo ponto dizia respeito à segurança. Na presente informação escrita era dada bastante relevância à segurança cibernética, elucidando sobre o que estava a ser desenvolvido. No entanto, a mesma era omissa no que dizia respeito a reuniões havidas em termos de segurança territorial.-----

----- Tivera a oportunidade de visitar informações escritas anteriores e realçava a visita do Senhor Comandante da Polícia Municipal às instalações da Junta Freguesia no dia 22 de novembro do ano passado e de uma reunião havida com a Polícia de Segurança Pública a 25 de outubro do ano passado também. Mas desde aí até à data nada mais era apontado, excepto uma reunião com a PSP no âmbito do arraial de Alvalade realizado nos passados dias. Assim sendo, questionava o presente Executivo se não seria de optar por uma relação de proximidade com essa entidade.-----

----- Isso porque se houve tempo em que a polícia se fazia presente na Freguesia, havendo até patrulhas a pé, nos últimos tempos, meses até, não se fazia notar, tendo havido nos últimos meses casos bastante graves na Freguesia, especialmente com mulheres.-----

----- O terceiro ponto dizia respeito à horta vertical. Tiveram a oportunidade de passar pela horta vertical e verificaram que a mesma apresentava produtos hortícolas. Dado que houve uma rescisão do protocolo com a empresa, questionava que entidades estariam agora à frente daquele projeto e corrigissem se estivesse errada relativamente à quebra do protocolo.-----

----- No que dizia respeito ao projeto da Praça de Alvalade/Avenida de Roma verificavam e o Senhor Presidente ali referiu, que havia uma reunião, foi mostrado o projeto e isso tudo. Aproveitavam para questionar qual o ponto de situação e qual o faseamento previsto da apresentação do mesmo ao público.-----

----- Aproveitando esse tema e uma vez mais que o Senhor Presidente também ali frisou, o estacionamento junto ao mercado, questionavam uma vez mais, era um dado assumido que iriam ter no próximo semestre um estacionamento, mas a apresentação do projeto aos interessados não foi feita, uma consulta pública aos habitantes da zona na qual se incluía não foi feita, soube nesse dia que seria um piso enterrado e um acima do solo. Porque não dois abaixo do solo e uma ligação daquele espaço ao jardim da José Duro?-----

----- Eram pontos que antes da Câmara assumir como um projeto fechado deveria ouvir a população, a residente, porque tinham modos de encarar o território, possivelmente quem estava em gabinete não os tinha. Folgava em saber que o Mercado da Alvalade ia ter um projeto novo e aproveitava para questionar em que ponto de situação estava o orçamento participativo da piscina, datava de 2017, que era um elemento contíguo e bastante próximo do mercado.-----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que mais uma vez gostava de colocar algumas questões relativamente ao estacionamento. Não percebia bem se era um piso subterrâneo e dois acima do solo... portanto, eram três pisos no total, triplicava-se a capacidade basicamente e o que gostava de saber era se estavam salvaguardados os interesses dos moradores com tarifários mais acessíveis, já que isso não seria pela EMEL, mas sim por uma entidade privada, e se a receita da Junta ia ser de alguma forma compensada. -----

----- A outra questão era a Braga Parques. Tanto quanto sabia, a Braga Parques na permuta queria fazer um parque de estacionamento na Avenida da Igreja, que era uma ideia interessante para ter a Avenida da Igreja fechada dois anos e dar a falência a todos os comerciantes. Perguntou se houve da parte da Junta ou da Câmara alguma proposta para colmatar isso. Poderia ser, por exemplo, a zona do jardim José Duro e interligar com outro parque de estacionamento, se calhar ficava ali um grande parque de estacionamento com duas entidades a gerir, sempre pensando que os moradores e comerciantes deviam ter algumas tarifas mais acessíveis, porque, caso contrário, não sabia se isso ia correr bem. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano-----


----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que embora ainda não estivesse contemplado nessa informação escrita, queria saudar o Executivo pelo arraial. Embora Alvalade não fosse um bairro onde os lisboetas tradicionalmente iam festejar o Santo António, nessas últimas edições tinha-se verificado uma maior adesão dos fregueses e não só. Na última edição confirmou-se que muitos lisboetas já se deslocavam a Alvalade para celebrar o Santo António, como se observou em vários dias com uma enorme multidão. Salientavam também o não comprometimento de funcionamento normal da Freguesia nos dias em que ocorria o arraial. -----

----- Relativamente à informação escrita, queria destacar o esforço do Executivo para que a notícia que todos esperavam há muito tempo fosse anunciada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Engenheiro Carlos Moedas, que a obra do parque de estacionamento no Mercado de Alvalade já estava aprovada e iniciaria muito em breve. -----

----- Outros pontos que o PSD de Alvalade via com agrado era a transparência que o Executivo tinha nas informações com o consumo energético e ao longo desse mandato o Executivo tinha tido bastante atenção aos parques infantis e à manutenção e conservação dos mesmos, já que muitas vezes os fregueses não os podiam usufruir devido às más condições e a degradação em que se encontravam. Assim, congratulavam o Executivo pelo início da manutenção regular dos parques infantis. -----


---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a respeito da permuta aprovada em Assembleia Municipal sobre o estacionamento do Mercado de Alvalade, havia de facto dois pisos acima do solo e uma duplicação da capacidade. Atualmente o espaço tinha cerca de 115 lugares e o novo parque teria cerca de 230 lugares. Era verdade que tinha um piso abaixo e dois pisos acima e a cobertura era também local para estacionamento. Iria ficar bastante alto, mas eram apenas mais 115 lugares. Com certeza seriam importantes, como já foram também importantes no passado os lugares que se ofereceram em 2013 quando a Junta de Freguesia passou a ter competência de gestão do espaço, houve investimentos que fizeram na expansão do parque, a oferta de lugares foi expandida, assim como quando a EMEL começou a gerir a Avenida Santa Joana Princesa, que houve um aumento muito da oferta de estacionamento porque ali estavam estacionadas muitíssimas viaturas de forma permanente. -----



----- Apoiavam essa política, estava no programa do PS e saudavam a Freguesia por esse equipamento ser construído. -----

----- Tinha umas perguntas sobre o planeamento, saber quando começava a obra e quando se previa acabar. Saber se a oferta existente de 115 lugares seria perdida durante esse tempo e quais as medidas mitigadoras que poderiam tomadas para não impactar tanto durante o tempo de obra. -----



----- Pensava que o Senhor Presidente já no passado referiu a questão do estacionamento em espinha na Avenida da Igreja, pensava que seriam essas as medidas, mas para o Senhor Presidente poder confirmar e se a Junta de Freguesia fez alguma demanda de modo que a Câmara compensasse a Freguesia pelos 164 mil euros de receita, que era uma receita muitíssimo importante. As Freguesias de Lisboa não tinham muitas receitas próprias do ponto de vista legal, a Junta de Freguesia de Alvalade andava sempre a tentar tocar os 20% em média e essa era muito importante. Perder essa receita implicava com certeza perder atividades e ter que prescindir de alguma coisa. -----

----- Se os 164 mil euros fossem para os alvaladenses ou para os visitantes da envolvente do mercado, até se podia considerar, ia para as pessoas, mas na verdade o parque continuaria a ser pago e, portanto, na verdade a receita ia para o privado. Com certeza que fez o seu investimento, tinha visto a proposta que foi à Assembleia Municipal e dera o seu contributo para a posição que o Partido Socialista teve na Assembleia Municipal. -----

----- Embora não existindo deputados municipais por Freguesia, tirando o Presidente de Junta que era, mas o deputado municipal que falou em nome do Partido Socialista foi aquele que politicamente foi indicado por Alvalade para a lista da Assembleia Municipal e por isso também fez essa intervenção e votou a favor e na verdade o Partido Socialista no restante absteve-se, mas a indicação política do Partido Socialista de Alvalade foi de votar favoravelmente e foi essa que foi tomada. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Teresa Ferreira -----

---- **Membro Teresa Ferreira (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” não era para referir esse tema na presente reunião, mas já que foi ali lançado questionavam o que tinha a ver com o arraial dos Santos Populares, que folgavam em saber que efetivamente houve bastante adesão, mas havia uma coisa que os preocupava e que era de repensar e analisar. -----

---- Tinha tomado conhecimento através das redes sociais que no dia do Quim Barreiros houve bastante adesão, ainda bem que correu tudo bem, mas pela adesão que houve pareceu que o espaço em si, em termos de segurança, se algo tivesse corrido menos bem poderia ter acontecido ali uma situação um bocadinho mais gravosa, porque as fugas não eram muito largas. Tinham um portão que dava para a Avenida do Brasil e tinham então o portão traseiro, mas junto ao palco havia dois muros, entre aspas, um edifício, uma rede que não dava folga para sair. -----

---- Ainda bem que correu tudo bem, ainda bem que teve grande adesão, ainda bem que foi uma festa bastante animada, mas tinham que também estar cientes que algo de menos positivo poderia ocorrer, como houve em tempos, como houve um que se lembrou de lançar foguetes no meio de uma tenda quando estava a comemorar os Santos. Não se sabia o que podia acontecer e achava que deviam ter isso em atenção em atividades futuras. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta -----

---- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação ao site, o site que existia quando chegaram no mandato continuava em funcionamento total, não mudou nada.

Pelos vistos não era o adequado e tinham razão em mudar e mudaram. Tudo o que era infraestrutura do site estava aprovado. Era uma empresa que estava a fazer a transferência dos conteúdos, de toda a informação, mantendo ainda em funcionamento e sempre que fosse possível o site, o que já tinha informação disponível.-----

----- Gostava que já estivesse pronto, isso tinha razão a crítica, não era técnico de informática, mas a crítica dava-lhe legitimidade para forçar a empresa a dizer que andassem depressa porque já estavam cansados de esperar, também era verdade.-----

----- Quanto aos parques de estacionamento e as perguntas que foram colocadas por vários intervenientes, nessa fase o que foi decidido era a atribuição de um direito de superfície, não havia nenhum projeto ainda definitivo. As questões todas que tinham colocado, também colocaram, porque não era num outro sítio, porque não era maior. Do ponto de vista técnico e face à necessidade de urgência e não era o único, a Câmara garantiu que não era o único, o que estava decidido ali naquele parque ao lado do mercado, o Membro José Ferreira tinha razão, no projeto inicial que foi a deliberação de Câmara era só a duplicação, mas o Vereador durante a audição da oitava Comissão disse que era viável e possível e a empresa aceitava fazer um piso subterrâneo e dois que não podiam ultrapassar a cota do mercado, não podiam ultrapassar aquela altura. Era aquele que se tornava mais eficaz, eficiente e exequível no mais curto prazo de tempo.-----

----- Claro que havia medidas de mitigação, já foram ali faladas, algumas até podiam ser permanentes, de acordo com as necessidades e a vontade dos residentes. Ao contrário do que tinha sido dito, fizeram um inquérito a todos os residentes que quiseram participar. Era uma académica do ISCTE, alguém competente em razão da matéria, não era uma pessoa que não sabia, não foi a Junta que fez, não tinha especialistas nessa matéria. Podia reenviar o resultado do inquérito, que foi claríssimo, até surpreendente, concordaram que a opção que menos incomodaria os residentes seria o estacionamento onde estava agora no mercado, porque evitava obras em todas as vias que eram utilizadas pelas pessoas, o trânsito.-----

----- Todos favoráveis, exceto os comerciantes, mas a diferença era abissal, 80% dos residentes eram favoráveis e se calhar 20% dos comerciantes não eram, ao estacionamento em espinha. Disseram mesmo que com alguma honestidade preferiam continuar o estacionamento em segunda fila, que era mais rápido para as pessoas, mais económico, mas não podiam estar a promover uma coisa que à partida sabiam que era pelo menos irregular em termos de normas de trânsito, embora compreendessem a posição deles. Todas essas medidas foram tomadas.-----

----- Quanto à revista, o valor da elaboração da revista, da produção de conteúdos e demais não se alterou nada, nem mais um cêntimo. Isso tinha a ver com os custos de impressão e distribuição, que resultava dos procedimentos que a Junta elaborava para esse efeito. Quase todas as Juntas de Freguesia tinham e era de facto uma opção política. Acolhendo as críticas, já pelo menos discutiram internamente a alteração do formato, para ser mais pequeno, mais parecido com a nova revista do Teatro São Luís. Não era propriamente um A5, mas era um tamanho mais fácil de se meter na caixa do correio.-----

----- Os próprios técnicos alertaram que haveria mais custos, tinham que fazer um novo procedimento, inviabilizava tudo o que já estava feito com as empresas já adjudicadas e, portanto, aceitara que fosse só no próximo Orçamento que se alterasse. Entretanto dava tempo para preparar todas essas démarches, esses procedimentos que os técnicos diziam ser necessários para alterar a dimensão e o formato da revista no próximo ano, procurando ir ao encontro das críticas. Embora do ponto de vista estético aquele modelo

MR  
7

fosse mais interessante, mas do ponto de vista prático o modelo da revista do São Luís era mais fácil de caber dentro da caixa do correio.-----

----- Quanto à salvaguarda do parque de estacionamento subterrâneo, ainda não havia nenhum projeto concreto, mas alertaram já o Vereador responsável por esses processos que tinha que haver condições no caderno de encargos, ou naquilo que fosse decidido. Aliás, como era prática em algumas outras zonas da Cidade de Lisboa, mesmo para empresas privadas que estavam a atuar, tinham avenças e preços especiais, as avenças novas e em outros sítios, que tinham preços diferentes para os residentes. No Campo Pequeno também lhe parecia que era assim, havia tarifários diferentes para os residentes, para o estacionamento 24 horas e para o estacionamento noturno. -----

----- Quiseram não demorar mais tempo, não levantar problemas para que mais uma vez voltasse para trás. Queriam que isso de uma vez por todas se fizesse, se concretizasse. Acharam mais importante carregar um equipamento que desse resposta às necessidades das pessoas do que estar preocupados com a receita da Junta. Claro que era útil e necessária, o Membro José Ferreira tinha toda a razão, era muito importante, mas não devia ser nenhum motivo de adiamento ou de análise, mais uns prazos para analisar quem ficava com a receita ou quem não ficava com a receita. -----

----- Alertaram do ponto de vista político o Senhor Vereador, mas não tinham nenhum projeto concreto. Tinham agora que acompanhar e intervir e dizer quais eram as condições que entendiam adequadas e necessárias e qual a posição da Junta de Freguesia, porque quase simultaneamente, ainda uma discussão informal e não era nenhum compromisso, haveria a requalificação também do edifício contíguo do Mercado Norte. Haveria receitas próprias das rendas e tudo mais, dos equipamentos que ali fossem construídos e do concessionário, que estava lá o LIDL, mas depois do concurso não sabiam quem lá ia ficar. Uma das soluções que disseram foi que lhes dessem a gestão daquele espaço, era útil e aí sim aumentariam as rendas e a receita da Junta aumentaria e muito. -----

----- A Câmara não disse que sim nem que não, foi só uma mera abordagem para que tivessem consciência de haver ali problemas que tinham de ser tidos em atenção antes de se tomarem decisões definitivas. -----

----- O planeamento da obra, o que lhe disse o Vereador e que lhe permitiu dizer publicamente isso, a construção em altura foi uma das opções porque a construção em subterrâneo era muito mais cara, levava mais tempo e deparava-se muitas vezes com dificuldades técnicas que não eram esperadas, infraestruturas e várias coisas, foi o que lhe explicaram. Aliás, foi isso que levou a que os pareceres de outros departamentos, que não só o urbanismo, que fizessem muita resistência e pareceres negativos quanto à construção do parque por baixo do Largo Frei Heitor Pinto, em frente à igreja de São João de Brito. Foram levantadas questões de trânsito, questões de espécies arbóreas, questões de infraestruturas, uma série de questões que o urbanismo também colocou e a própria mobilidade, que iriam atrasar com certeza mais uns anos a deliberação sobre esse projeto. -----

----- Se havia uma alternativa aceitavam, porque as pessoas de Alvalade já estavam fartas de esperar a melhor obra do mundo e nunca mais se fazia nenhuma. -----

----- Quanto ao Braga Parques, não havia compromisso nenhum, sabia-se que eles mantinam o direito de superfície, porque já era anterior a 97, porque o direito que existia da SOMAGUE foi-lhes transferido. Depois havia as condições técnicas, e como não foi viável, quando lhes puseram a alternativa de fazer o subterrâneo no Jardim do Príncipe Real não foi tecnicamente viável e os moradores se insurgiram, era muito oneroso e houve também uma posição contrária dos residentes naquela zona e a Câmara decidiu não atribuir esse direito. O mesmo se passaria em Alvalade, dependia depois

dos critérios e das condições adequadas a criar o menor impacto possível negativo na construção, que todas essas coisas sempre causavam.-----

----- Não sabia se era correto ou não, o engenheiro saberia melhor, mas as novas técnicas de construção em subterrâneo não seriam tão intrusivas. Não sabia se era verdade ou mentira, não era técnico, mas foi uma das explicações que deram, se fosse viável fazer-se um parque de estacionamento numa das zonas da Avenida da Igreja.-----

----- Nada estava decidido e Alvalade precisava de mais parques e podia não ser ali, podia ser numa zona que os técnicos entendessem adequado. Por exemplo gostariam na Miguel Contreiras e do Bairro das Estacas, mas tecnicamente por causa do reforço das linhas de caminho-de-ferro e toda aquela estrutura da estação tirava a viabilidade económica ao projeto que iria ser construído. Foi essa a explicação técnica que deram, mas era uma das zonas que parecia adequada à criação de um parque de estacionamento, ainda por cima próximo de estações de comboios e de metro, teatro e outros equipamentos. Foi uma proposta que fizeram em alternativa, mas disseram que não era viável por causa dessas tais infraestruturas que foram feitas aquando do reforço e da construção da estação ali na zona da Frei Miguel Contreiras. -----

----- O começo e o fim de obra, o Vereador disse que seria no final desse ano o princípio do próximo, mas ainda não tinha visto nenhum plano, foi conversa, quando visse por escrito poderiam então dizer.-----

----- Quanto à segurança, continuavam a ter uma relação próxima com a PSP, mas sabiam que não tinham competência para impor decisões. Queriam levar serviços da Polícia Municipal para Alvalade, mas não havia edifícios, era uma dificuldade muito grande. Ainda tinha esperança que quando fosse a requalificação que dava a ligação da Alta de Lisboa ali ao pé das Murtas, que pudessem ali serem instalados alguns serviços da Câmara Municipal. Embora o Comandante tivesse aceitado a sugestão, quando foram ao terreno ver onde poderia ser localizado não existia, era uma pena, tinha que se construir de novo. -----

----- O projeto de estacionamento não existia ainda. O ponto prévio necessário e absoluto era determinar onde a empresa poderia construir, porque era titular de um direito de superfície e não havia uma decisão da Câmara do ponto de vista jurídico a dizer onde era. A partir daí fariam os procedimentos, mas não tinham ainda esse projeto. -----

----- Quanto ao orçamento participativo, já tinha dito publicamente e repetia. Aliás, tinha uma reunião com o Senhor Vereador do desporto e depois com a Senhora Vereadora que tinha a tutela sobre o orçamento participativo. Eram favoráveis a todos os orçamentos participativos, não excluía nenhum, que tivessem sido aprovados pela população. Essa vontade tinha que ser respeitada, ou então não valia a pena existirem orçamentos participativos, estavam a criar expectativas que não eram cumpridas. Portanto, eram favoráveis formalmente, politicamente, à aprovação e a uma resposta positiva e a concretização daquilo que foi aprovado pelos cidadãos. -----

----- Já tinha falado com o Vereador do desporto porque o anterior Vereador, Diogo Moura, na parte do orçamento participativo, garantiu que a verba prevista estava salvaguardada e que era uma questão do ponto de vista do pelouro do desporto e das condições técnicas, aprovar ou não o projeto apresentado pela associação que era responsável pela sua gestão e conclusão. Estavam nessa fase e haveria uma reunião na próxima semana em que esse assunto seria debatido com o Vereador Ângelo Pereira do desporto, pedida pela Junta precisamente para debater essa questão. -----

----- Sobre o arraial de Alvalade, não tinham um sítio melhor por mais que procurassem. O parque do INATEL era uma boa solução, mas depois o incómodo que levava ao estacionamento e ao barulho era pior do que ali. Portanto, das duas uma, ou não se fazia, ou para fazer tinham que acautelar e mitigar esses aspetos menos positivos. Reduziram

MR de f  
g

o horário esse ano, ficou no máximo às duas da manhã, mas a partir de uma hora diminuía-se a música e começava-se a arrumar para que às duas da manhã estivesse tudo fechado em relação a público. Além da PSP também tinham um contrato de segurança privada, tinham um plano de segurança aprovado, nesse ano tinham enfermeiro. -----

----- Até saiu na imprensa, sem qualquer compromisso político, que foi o arraial mais inclusivo de Lisboa. Tiveram essa preocupação de criar condições para as pessoas, acolheram propostas concretas nesse sentido, associações que se preocupavam e que tinham isso como objeto e também por membros da comissão social de Freguesia de Alvalade. Havia sempre coisas a melhorar. -----

----- Não estava à espera de que o Quim Barreiros tivesse mais gente que o Toy, a essa hora o policiamento era reforçado, tinha mais polícias do que durante a tarde, os bombeiros mantinham-se e a segurança privada estava lá, contratada. Verdade também era que as pessoas de Alvalade eram pessoas civilizadas e não dizia que as outras não fossem, mas ali nunca houve grandes questões nem conflitos, desordem pública, nem sequer discussões tinha visto. -----

----- Quanto às paragens de autocarros, até foi decidido pelo tribunal. Era um concurso público que ia do mandato anterior, a Câmara queria mudar, mas a empresa que ganhou o concurso recorreu e o tribunal impôs uma decisão legítima. -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhora Secretária do Executivo -----

----- **A Senhora Secretária do Executivo** disse que queria só esclarecer relativamente a dois pontos que frisaram, que em relação ao Dia da Criança houve atividades em todas as escolas, só que seguiram um modelo que achavam correto dos antecessores, de dar um X por criança para cada escola desenvolver as atividades que achassem melhor, em vez de imporem uma atividade para todas as escolas. Era uma decisão acertada feita pelos antecessores. -----

----- Tinha promovido uma atividade que era para ser feita no dia 1 ou dia 8 e decidiram fazer no dia 1, porque poucas vezes havia informação científica de uma forma muito simples, tanto aos alunos como às crianças, aproveitando o Mercado de Alvalade e porque era o Dia da Criança. Nesse dia era difícil promover atividades, porque não estava muita gente em Lisboa com a proximidade de feriados. -----

----- Quanto ao Dia de Brincar, fazia-lhe um pouco de confusão ter que se assinalar o dia e a hora da brincadeira. Havia muitos países em que isso era necessário, mas pensava que em Portugal, embora sendo talvez necessário em alguns sítios, em Alvalade não parecia necessário cortarem uma artéria como a Avenida da Igreja durante uma tarde, ou a Avenida do Brasil, ou a Avenida de Roma. Eram artérias muito centrais e não era possível cortar para as crianças brincarem durante uma tarde. Para além do facto que se houvesse duas ou três famílias a brincar, de pai, mãe e criança, já era muito. Nunca tinha visto muito mais a brincar, se calhar via em dias que não eram corretos. ----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que queria dar alguns esclarecimentos em relação às questões colocadas, nomeadamente da CDU relativamente se havia alguma ligação pela EMEL ter alterado as tarifas para a zona vermelha na Rio de Janeiro, se isso iria impactar nos preços do parque... os tarifários da EMEL foram aprovados no mandato anterior, foram implementados na Freguesia de Alvalade depois das eleições, essa história os Membros da CDU sabiam perfeitamente.-

----- O Membro José Ferreira já teve oportunidade de esclarecer a questão relativamente à receita no parque de Alvalade para a Junta de Freguesia, a receita anual líquida andava à volta dos 160 mil euros, um bocadinho abaixo. -----

----- O mais importante era a decisão de realizar o parque de estacionamento e agora iriam iniciar a negociação da compensação financeira. Era um direito de superfície e o Município de Lisboa teria alguma compensação, que teria de ser passada para a Junta de Freguesia, para não perderem receita que era da Junta por direito. -----

----- Relativamente aos espaços verdes da Quinta dos Barros, em que a obra estava a ser realizada e que houve alguns estragos nos espaços verdes, naturalmente que a Junta de Freguesia estava em contato com o Município de Lisboa e com o empreiteiro e iria realizar uma vistoria conjunta na próxima semana para que as condições fossem repostas depois da empreitada estar terminada. -----

----- Havia outros temas bem levantados pelos Membros da CDU relativamente a outras obras que tinham provocado algum incómodo à população, nomeadamente a obra da EPAL no Bairro das Estacas. Tinham uma vistoria marcada agora que o empreiteiro terminou algumas obras, nalgumas não estava reposta a fase original antes das obras serem realizadas. Seria feita essa vistoria, fazer um levantamento daquilo que não estava bem acabado e solicitar à EPAL e ao seu empreiteiro que pudesse repor essas condições. -----

----- Relativamente aos abrigos e mobiliário urbano, já tivera oportunidade de falar sobre esse tema. A Freguesia de Alvalade foi a primeira a experimentar a alteração dos abrigos e também dos painéis publicitários da JCDecaux no concurso público que foi ganho por essa entidade, foi posto em causa por uma segunda entidade, o tribunal decidiu e a entidade foi convidada a executar o concurso público que tinha sido realizado. -----

----- Já viram que havia alguns problemas, o Senhor Presidente da Câmara pronunciou-se essa semana sobre o tema. Em Alvalade já sofreram disso alguns meses atrás, essas obras foram sendo realizadas por fases, primeiro os abrigos, depois a E-redes que foi abrir a ligação elétrica, ainda haveria de ser a ligação da internet. Era uma obra que não tinha o planeamento desejável. Sabiam que atualmente era difícil realizar obras, mas isso era um problema do concessionário, que devia ter garantido esse planeamento entre todas as entidades que teriam de intervir nessa empreitada. -----

----- Estavam atentos, em contato com a Câmara Municipal, porque a verdade era que muitos acabamentos que foram realizados na calçada não estavam bem feitos, tinham essa consciência e muitas vezes eram prejudicados porque à falta de resposta tinham que, em situações mais pontuais e mais urgentes, pôr a equipa e o empreiteiro do espaço público a fazer essa pequena intervenção. Estavam atentos a essa situação. -----

----- Relativamente à fuga de água na zona da reitoria da faculdade, era uma preocupação. Já tinham falado com a EPAL e com a Universidade de Lisboa, diziam que não conseguiam encontrar o sítio da fuga, o que era inaceitável que essa situação ainda se mantivesse há meses, já para não dizer anos, certamente mais de um ano. Sabiam disso, estavam em contato, mas nem a EPAL na Universidade de Lisboa conseguiam resolver. -----

----- Sobre o estacionamento do Mercado Alvalade, uma pequena precisão técnica que o Senhor Presidente não tinha que saber, mas como estava mais envolvido no tema das obras tinha mais essa consciência. Efetivamente, o direito de superfície era fundamental para que o parque pudesse avançar. Da informação que tinham, do relatório da oitava comissão que tivera oportunidade de ler. Supostamente essa empreitada demoraria sete meses, pela sua experiência parecia-lhe bastante rápida e tinha algumas dúvidas que só





demorasse sete meses, mas era a informação que estava lá escrita. Era uma solução construtiva normalmente um bocadinho mais rápida, mas iriam ver. -----  
----- Para que o direito de superfície fosse aprovado A entidade que ficou com esse direito de superfície teria feito a entrega de um pedido de informação prévia que foi validado pelo departamento de urbanismo e só depois disso o Município de Lisboa avançou para a alteração do local do direito de superfície. Dito isso, ainda poderia haver algumas correções ao projeto e depois disso entrariam as comunicações prévias para que o concessionário pudesse avançar com as ditas obras. -----  
----- Quanto à compensação já falaram, não sabiam exatamente quando iria ser o início da obra, nem tão pouco viram esse pedido de informação prévia, esse projeto preliminar entregue pelo concessionário, nem foi entregue à Junta de Freguesia.-----  
----- As medidas de mitigação eram uma boa pergunta do Membro José Ferreira, o Senhor Presidente já teve oportunidade de responder. Fizeram um estudo à população residente na Avenida da Igreja e transversais, foi unânime que o parque era necessário e uma das medidas de mitigação já conversadas com a direção municipal de mobilidade, que estava a terminar o seu estudo, era criar o estacionamento em espinha na Avenida da Igreja para mitigar essa perda de lugares que inevitavelmente iria acontecer durante o período de construção do parque de estacionamento. -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que daria por encerrada a reunião. Por consenso tinha sido considerado o dia 10 de julho para continuação.-----  
----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira para uma interpelação à Mesa -----  
----- **Membro Frederico Lira (CDU)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que era em relação à sessão comemorativa do 25 de Abril. Continuavam sem data, apesar de haver uma indicação que a data iria ser no Dia da Freguesia. Tinham pena que acontecesse assim, achavam que nesse ano merecia haver uma celebração autónoma, como foi até aprovado por moção. Repudiavam de certa forma que tivesse acontecido, não sabiam exatamente as razões de ter havido dois adiamentos, porque foram já várias datas escolhidas.-----  
----- O Dia da Freguesia tinha um peso simbólico, porque foi com 25 de Abril que se conseguiram as autarquias locais, mas achavam que era pouco em relação ao que merecia o esforço que foi feito no combate à ditadura.-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que foram motivos imponderáveis que impediram a realização na data que estava fixada. Entenderam que fazer no momento sem qualquer relevância ou fazer no momento da Freguesia, que ficaria melhor nesse momento. Teriam também que apreciar quatro medalhas que iriam entregar a fregueses do mérito ligados ao 25 de Abril e à Freguesia. Fariam isso tudo junto e ficaria bem. -----  
----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e quatro horas. -----  
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----  
O PRESIDENTE-----

